

**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT**

Nos dias nove e dez do mês de março de dois mil e vinte e um, às onze horas e vinte minutos, pela plataforma Teams, teve início a **36ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)** constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, sr<sup>a</sup>. Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 36ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados. Da lista de presença constam os seguintes participantes: Lígia Moreira de Almeida, Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), Ademilton Ferreira (FCP), Francisco Nóbrega (DPU), Tiago Cantalice da Silva Trindade (DPU), Paula Santana (FUNAI), André Supupira (FUNAI), Nelson Pedroso Jr. (MPF/FGV), Andréa Valentim (FGV), Mônica Pazinato (CRQ Degredo), Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo), Carla Paiva (SEDESE), Hermes Oliveira (FUNAI), Antônio Carlos - Cacique Toninho (Cacique TG), Douglas Lemos (Associação Indígena Tupiniquim e Guarani), Alex Mathias (FUNAI), Andrei Camargo Duarte (FUNAI), Sérgio do Carmo (Comissão dos atingidos de Barra Longa), Francisco Phelipe (AEDAS), Aline Carla (DSEI), Bárbara Samartini (Ramboll), Mirian Nutti (Ramboll), Jean Craveiro Betteher (Assessoria Jurídica da ASPERQD), Dandara Silva Cabral (ASPERQD), Simony Jesus (ASPERQD), Pedro Bigolin (ASPERQD), Domingos Araújo (Assessoria Técnica Rosa Fortini), Hermínio Nascimento (Comissão de Barra Longa), Alyne Cetrangolo (Ramboll), Guilherme Gonçalves (CORAM/FUNAI), Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pró Rio Doce), Gabriela Saville (Comite Gestor Pró Rio Doce), Charles Viana (MDH), Jovana Leal (FUNAI), Letícia Brito (FGV), Giselle Coelho, Diogo Petrópolis (Ramboll), Dayanna Fagundes (SNPPPIR), Esequiel Roque (SNPPPIR), Phellipe Reis (Secretaria Especial de Saúde Indígena), Daniela Malheiros Jerez (FGV), Luiza (SEDH- ES) e Maria Izabel (EY).

**Pela FLACSO:** Cláudia Laureth (Coordenadora Polo Vitória), Miriam Santos (Coordenadora Polo BH) e Fabiana Tomaz (Secretária da CT-IPCT).

**Pela Fundação Renova:** Adebald de Andrade, Carla Moura, Caroline Coutinho, Cássio Barbosa, Sérgio Filho, Gabriel Moura, Gabriela Prado, Naiara Campos, Alessandro Corrêa, Silvani Honorato, Ana Carolina Moura, Frederico Galante, Gilson Dias, Luiz Felipe Soares, Daniel Martins (H&P).

<b>I. PAUTA GERAL</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1- Abertura da 36ª Reunião Ordinária e apresentação dos participantes e 2- Aprovação da Ata da Pauta Aberta da 34ª RO da CT-IPCT</b>	Após a apresentação dos participantes, a ata da 34ª RO foi aprovada sem restrição. Lígia informou que as atas estavam atrasadas, mas logo que estivessem prontas seriam enviadas para análise e manifestação dos interessados.
<b>3- Agenda de reuniões e fatos relevantes janeiro e fevereiro de 2021 (Fundação Renova)</b>	Gabriela apresentou as ações realizadas nos Territórios. No território <b>TG</b> , em relação ao <b>SAA</b> , foram realizados os levantamentos topográficos nas aldeias Amarelos, Pau-brasil, Nova Esperança e Olhos D'água, para elaboração de projeto conceitual. Em relação ao <b>FAIC</b> , foram realizadas duas agendas para apresentação e detalhamento do projeto FAIC, junto a Comissão de Caciques das TI Tupiniquim-Guarani e Caieiras Velhas II: <b>a)</b> Apresentação das adequações roteiro do FAIC solicitados pela Comissão de Caciques. Reunião <i>on-line</i> realizada no dia 12/02/2021. <b>b)</b> Reunião técnica para apresentação dos documentos para formalização das propostas (anexos do roteiro FAIC), que deveriam ser preenchidos e encaminhados à Fundação Renova. Reunião realizada no dia 18/02/2021. Sobre <b>Indenização</b> , em fevereiro foram realizadas duas reuniões de esclarecimento sobre a pauta indenização junto aos representantes indígenas da Comissão de Caciques – TI's Tupiniquim-Guarani e Caieiras Velhas II. As reuniões, <i>on-line</i> , foram realizadas respectivamente nos dias 09/02/2021 e 22/02/2021. Sobre <b>Inclusão das famílias</b> , foi realizada agenda com representantes indígenas da Comissão de Caciques no dia 07.01.2021 para prestar os esclarecimentos sobre o referido processo. Foram realizadas, também, quatro reuniões Administrativas com a AITG para conferência e saneamento da Planilha de Pagamentos do ASE. No território de <b>Comboios</b> , foi realizado o levantamento topográfico na aldeia Córrego do Ouro para elaboração de projeto básico de <b>SAA</b> . Em relação ao <b>FAIC</b> , a agenda foi a mesma que a do Território TG. Em relação à <b>indenização</b> , foram realizadas agendas com a comunidade indígena da TI Comboios para apresentação de proposta e esclarecimentos sobre o processo de <b>indenização</b> . As reuniões foram realizadas respectivamente nos dias 15 e 26/01/2021. Quanto à <b>Inclusão de Famílias</b> , foram realizadas duas reuniões para esclarecimento do processo de inclusão de famílias no acordo de pagamento do ASE, junto a representantes da AITC. No território <b>Krenak</b> foi realizada a <b>Manutenção do Acordo emergencial</b> , considerando a cláusula 43 do TTAC: <i>fornecimento de insumos agropecuários</i>

(sal mineral, ração animal e silagem), fornecimento de água mineral, bruta e potável; pagamento do auxílio de subsistência emergencial e manutenção das vias de acesso (devido ao tráfego do caminhão pipa).

Andrei perguntou se a Vale e a BHP participariam da reunião sobre indenização do dia 11/03 e Gabriela respondeu que não saberia informar e só poderia confirmar a presença da FR e da Comissão de Caciques.

Mirian Nutti perguntou o motivo de nas reuniões sobre indenização com o Território TG estar escrito esclarecimento e a de Comboios estar escrito apresentação de proposta.

Gabriela respondeu que estavam em fase diferentes, pois o Comboios já havia alinhado a proposta apresentada e os TGs estavam com a proposta em análise.

Tiago perguntou se as ações do FAIC eram predefinidas ou se eram acordadas com os atingidos.

Gabriela respondeu que a proposta do edital foi feita em conjunto com as Comunidades Indígenas.

Miriam perguntou sobre a verba para o FAIC e Gabriela respondeu que a verba era reparatória e que mais dúvidas poderiam ser esclarecidas na pauta específica.

Naiara apresentou as ações sobre o **Território de Degredo**. Em relação ao **PBAQ** foi realizada, em janeiro, a segunda consulta, onde a comunidade do Degredo aprovou o detalhamento de mais seis programas. Sobre o **Plano de Comunicação**, houve a revisão do Plano e a aprovação junto à Comunidade. Sobre a **contratação da empresa executora**, foi informado que uma empresa foi contratada (H&P) para executar o PGR 17 (Capacitação de lideranças quilombolas), o PGR 18 (Monitoramento e gestão das ações do PBAQ) e o PGR 19 (Diálogo, participação e controle social) e outra, estava em fase avançada de processo de contratação que executaria os dois Programas do eixo Cultura, Identidade e Território: o PGR 01 (Documentação de referências culturais) e o PGR 02 Incentivo às práticas culturais do Degredo e, ainda, um Programa do Eixo Saúde e Educação: o PGR 10 (Publicação do livro de medicina do Degredo). Sobre o **Edital de Meliponicultura**, foi informado que o Edital foi construído de forma aderente ao PBAQ e previamente validado com a Comunidade, com o objetivo de realizar ações do PGR 15 (Intensificação da atividade de apicultura no território) e que havia iniciado a etapa de recebimento de propostas comerciais, análise e seleção da empresa.

Tiago Cantalice perguntou se quando se falava do Edital de Meliponicultura, como seria garantido que as ações que estavam previstas e que teriam intersecção com o PG 15, seriam contempladas e perguntou se o edital traía iniciativas fixas, se as empresas concorrentes apresentariam propostas para atender as iniciativas ou se os componentes levariam as iniciativas para execução.

Naiara respondeu que o edital estava construído e validado junto à Comunidade e foi feito após reuniões com as Comunidades e Assessoria e teria um recorte do programa 15, mas era relacionado à abelha sem ferrão e não abrangeria a questão de capacitação para apicultura e foi considerado que a comunidade poderia aproveitar essa estratégia, pois a Casa do Mel de Degredo poderia ser utilizada com polo de beneficiamento.

Sobre o **Protocolo de Consulta**, realizaram reuniões preparatórias com a Comunidade e ATI-ASPERQD para consolidação do Protocolo de Consulta da Comunidade.

Sobre o **Comitê Gestor PBAQ** foi informada a constituição deste, com representação da ATI-ASPERQD, Comissão Quilombola do Degredo, Fundação Cultural Palmares e Fundação Renova, que teria sua reunião inaugural prevista para o mês de março. Informou que seria detalhado no ponto de pauta específico, mas adiantou que estavam esperando resposta da FP e que a Comunidade solicitou que Tiago para participasse como convidado das primeiras reuniões. Sobre o **SAA**, foi informado que dia 02/02/2021, foi entregue para análise/validação do SAAE/Linhães, o projeto básico de SAA.

Em relação aos **Fiscadores**, foi informada a realização do *Peer review* do Mapeamento de Comunidades Tradicionais (Análise do Mapeamento de Comunidades Tradicionais para verificar o atendimento à metodologia para identificação, mapeamento e caracterização das comunidades tradicionais, conforme proposto no projeto/plano de trabalho, assim como a coerência dos resultados em relação aos dados construídos) e informou que apresentaria a análise até meados de abril para a CT.

Lígia perguntou se não seria final de março, pois era o que estava no Ofício enviado no pela FR.

Mirian Nutti confirmou que estava no Ofício e no Planejamento Plurianual que seria março e pediu que a FR confirmasse depois.

Tiago perguntou sobre o **Comitê Gestor**, se não inovaria o que já estava no PBAQ, que já tinha o protagonismo da Comunidade e a composição do Comitê deveria preservar e garantir esse protagonismo, inclusive com a composição majoritária de quilombolas.

Naiara respondeu que o Comitê teria o papel de acompanhar a execução por parte da H&P e trataria de questões de rotina. Ressaltou que a ASPERQD acompanharia de perto.

	<p>Tiago pediu mais detalhes sobre o Protocolo de consulta e perguntou qual era o envolvimento da FR nesse protocolo, considerando que seria um movimento que partiria da Comunidade, sem a interferência de empresas e mesmo sabendo que a FR não era uma empresa, esta era mantida pelas empresas causadoras dos danos e seria inadequado a sua participação na discussão do Protocolo de Consulta.</p> <p>Naiara concordou que o protagonismo deveria ser da Comunidade, com a assistência e o acompanhamento da ASPERQD e a FR só daria apoio, caso necessitassem, sem interferir.</p> <p>Silvani disse que acompanhava o assunto e via que a Comunidade tinha total esclarecimento e conhecimento de que seria um instrumento que deveria ser construído por eles e a Comissão vinha discutindo junto e que a FR estava traçando esse caminho.</p> <p>Jadilson perguntou sobre o encaminhamento que tinha ficado de a FR enviar o projeto do SAAE e Carla disse que enviaria.</p>
<p><b>4- Apresentação do orçamento com o detalhamento financeiro para o ano de 2021 (A FR deverá enviar o documento apartado 5 dias antes da reunião - dia 03/03 (atendimento ao encaminhamento E 35.1).</b></p>	<p>Carla iniciou a apresentação e informou que o orçamento detalhado já havia sido enviado anteriormente e ressaltou que os responsáveis pela área financeira não puderam estar presentes e <u>caso houvesse dúvidas que ela não soubesse responder</u>, a área responsável seria consultada e as respostas seriam enviadas posteriormente.</p> <p>Lígia perguntou se a falta dos representantes da área prejudicaria a apresentação e ressaltou que a pauta era enviada com antecedência, justamente para que os responsáveis se mobilizassem para participarem da reunião.</p> <p>Mírian perguntou se as atividades que deveriam ser orçadas saíam das gerências dos PGs 3 e 4 e Carla respondeu que sim, mas que passava por um ciclo orçamentário e um detalhamento que era da área financeira.</p> <p>Jadilson perguntou o motivo de a área financeira não estar presente e Carla respondeu que foi incompatibilidade de agenda.</p> <p><b>PG 03:</b></p> <p>Carla apresentou.</p> <p>André Sucupira perguntou se o valor referente à distribuição de água mineral para Comboios estava correto e Carla disse que iria verificar</p> <p>André perguntou, também, se os valores para as Obras de melhoria nos acessos Krenaks haviam sido orçados detalhadamente, baseado nos gastos anteriores.</p> <p>Carla respondeu que o valor era alto e envolvia mão de obra parada, para o caso de necessidade de algum serviço especial, pois o território Krenak não tinha manutenção da FUNAI, SESA ou da Prefeitura.</p> <p>André perguntou se um projeto que não exigisse despesas tão altas de manutenção não seria mais prático e se foi feita a manutenção das vias de acesso do caminhão pipa e se com as obras de melhorias nos acessos, não seria mais viável colocarem um tipo de piso, que a prefeitura conseguisse fazer a manutenção, evitando assim um gasto anual.</p> <p>Carla respondeu que uma saída seria a implantação do SAA, que foi construído com a participação dos Krenaks e já estava pronto mas não foi aprovado por eles e que era uma atividade transitória e repetiu que uma saída seria a implantação do SAA.</p> <p>André perguntou se não seria o caso de procurarem uma estratégia de vias de acesso definitivas.</p> <p>Carla respondeu que uma estratégia foram as obras de melhoria das vias de acesso no 8 piores pontos (que já era um pedido antigo dos Krenaks) e fora isso, não visualizavam outro e estavam trabalhando sob demandas. Carla lembrou uma reunião ocorrida em agosto de 2018, na CTL/FUNAI, em Resplendor, na qual a FR apresentou um projeto e na qual Douglas havia feito questionamentos relacionados e lembrou, também, que havia três pontos de acesso do grupo Atorân, que era fora da terra indígena, mas no acesso.</p> <p>André perguntou sobre o gasto com a elaboração ao ECI, se este estava pronto.</p> <p>Gabriela respondeu que o montante era relacionado ao detalhamento e estava na mesma linha orçamentária. Explicou que a linha transitória dizia respeito aos estudos de componente e ao detalhamento do PBA e depois da execução, saíria do eixo de execuções transitórias e entraria para as de eixo estruturante.</p> <p>Tiago perguntou se o valor de R\$ 1.500,000 era referente à contratação da empresa para a elaboração e Gabriela respondeu que era para o contrato como um todo.</p> <p>Mírian Nutti perguntou se estavam orçando um valor para a elaboração e quase a metade dele, para uma análise técnica e ressaltou que o PBA não estava previsto para terminar no ano de 2021 e perguntou o motivo de se ter uma análise técnica e como teria sido calculado a previsão, se o gasto para elaboração de todo o PBA não tinha sido nem o dobro do orçamento previsto para analisar.</p> <p>Gabriela respondeu que a FR tinha ciclos orçamentários para que fosse feita uma projeção dos planejamentos futuros e que quando fizeram o planejamento do detalhamento do PBA, foi considerando que ele se iniciaria em 2020. Explicou que houve uma lacuna entre a entrega e a validação e consulta final, tanto pela Covid, como por outros detalhes. Falou que a FR já se tinha um planejamento para um dispêndio para 2020 para elaboração de parte do detalhamento do PBA e possivelmente um dispêndio para 2021, com relação à análise técnica,</p>

o que não havia ocorrido dentro do planejamento físico, por vários motivos. Esclareceu que a verba que estava prevista para o detalhamento do PBA 2020 remanejada para 2021 e nesse ciclo, a análise técnica, era do detalhamento do PBA e não do ECI Tupiniquim Guarani, que na apresentação estava errado. Ressaltou que o valor seria remanejado para 2022, ao término do detalhamento do PBA. Com relação aos valores, a FR estimava os valores, além de usar referências anteriores (era só uma projeção). Ressaltou que a FR sempre fazia análise técnica para todos os produtos contratados e o trabalho seria feito ao fim do detalhamento do PBA, provavelmente no final de 2021 ou início de 2022. Informou que houve um remanejamento de 2020 para 2021, relacionado ao detalhamento e que a elaboração do ECI já tinha sido realizada e possivelmente, a análise técnica passaria de 2021 para 2022.

Mírian Nutti disse que tinha duas de 2021 e os valores não ficaram claros. Registrou que a esplanação estava muito vagarosa e perguntou o motivo de não terem incluído os esclarecimentos importantes solicitados na reunião anterior no documento. Mirian ressaltou que foi solicitado que fosse sinalizado se o orçamento seria da Gerência ou se seria de outro Programa, para que se soubesse o que estava sendo previsto e que havia critérios diferentes no que havia sido apresentado, pois na previsão da indígena estava um valor que parecia ser da gerência e na previsão quilombola, um valor bem alto que parecia ser já o valor da indenização. Mírian falou que já haviam discutido várias vezes sobre orçamento e que o planejamento de atividades deveria ter um rubrica consequente e o que foi apresentado, não batia. Ressaltou que no glossário só tinha as ações emergenciais transitórias, mas não tinha as ações gerais, que não eram ações previstas. Mirian falou, também, que a justificativa de desvio deveria estar associada às atividades não realizadas e que via uma diferença no caso do PG 03 que não estava justificada.

Tiago observou que a leitura do orçamento ficou a desejar, considerando os pontos alertados na última reunião e que o glossário apresentado estava incompleto e ressaltou que não dava para entender algumas questões, por não estarem descritas, como por exemplo, as atividades previstas no eixo de relacionamento e perguntou o significariam na prática, as referidas atividades e se o diálogo especializado já não seria uma obrigação do PGs 03 e 04, que eram programas específicos para comunidades específicas. Tiago ressaltou que havia uma lenta transição do volume de recursos destinados às ações emergenciais para as ações transitórias e estruturantes e isso era mais evidente no PG 04 e disse que havia uma grande redução no volume de recursos no PG 03 de 2020 para 2021 e perguntou qual seria a justificativa para a redução, sendo que a maior parte das ações continuavam atreladas ao eixo emergencial. Falou que em relação aos itens do que foi apresentado como eixo geral, houve disparidade no preenchimento do PG 03 e PG 04 e que apenas no PG 04 estava escrito os gastos com a revisão do Programa, sendo que o PG 03 não havia sido revisado até aquele momento. Mencionou que monitoramento social, era uma ação geral que estava prevista apenas no PG 04 e não constava no 03. Destacou os elementos que apareceram sem descrição de valores, e isso era questão interna da FR, mas observou que não apareceu a informação sobre os recursos para a continuidade das ações de mapeamento das Comunidades e Povos Tradicionais, mas apareceu o total que seria gasto com a indenização Quilombola e isso causava uma confusão, pois algumas atividades estavam sem nenhum valor.

Mírian Nutti ressaltou que havia uma diferença entre a tabela que foi apresentada e a tabela enviada anteriormente (valor para o apoio para iniciativas comunitárias para os povos indígenas).

Carla respondeu que a pauta era sobre os anos 2020/2021 e por isso algumas não foram apresentadas, mas a FR havia enviado um relatório completo anteriormente.

Gabriela informou que no item que falava da água para Comboios havia um erro de digitação e estavam apurando o valor correto.

Mírian Nutti respondeu que no valor que estava para 2021 para o apoio às iniciativas comunitárias poderia estar com erros, pois estava apresentando inconsistências entre as tabelas.

Quanto ao questionamento do Tiago, Carla respondeu que na parte geral tinha diferença e parte dos Krenaks tinha o movimento de caminhões e questões de segurança no trabalho, de licenciamento ambiental e outras questões. Explicou que havia previsão para o PG 03, que não havia para o PG 04, pelas peculiaridades e diferenças da emergencial para a estruturante e diferença nas fases em que se encontram e até mesmo pela situação de pandemia.

Quanto ao questionamento de Mírian sobre o detalhamento, Carla respondeu que verificaria quais as informações teriam faltado. Sobre orçamento da gerência ou de algum programa, Carla respondeu que o que foi apresentado foi orçamento da gerência.

Mírian Nutti ressaltou que o solicitado foram os gastos tanto da gerências quanto dos Programas e o total final e perguntou o motivo de diferença nos valores de indenização e que na última reunião foi dito que a gerencia gastaria com grupos de trabalho e outras coisas.

Gabriela respondeu o valor de indenização que seria desembolsado por programa e não estava definido ainda e foi apresentado o que estava previsto, nos termos de infraestrutura, de logística e que tinha sido feito antes da pandemia e incluía gastos com deslocamentos,

refeições, aluguel de espaços, etc. Não estava incluindo e não teria valores de pagamento de indenização do PG 03, considerando a fase em que se encontrava.

Mírian Nutti respondeu que havia divergência com o que foi explicado antes. Disse que não estava no glossário nem no documento, mas estava no relatório trimestral e daquele jeito ficava difícil de entender, pois teriam que ficar olhando cada um.

Gabriela respondeu que verificariam esse ponto e fez uma correção no que diz respeito ao fornecimento de água para Comboios e em relação à gestão do PG 03, o que estava previsto era o gerenciamento do programa.

Mírian Nutti perguntou o que seria Planejamento Integrador.

Gabriela respondeu que seria uma ação de planejamento antiga e que seria revista, em termos de planejamento físico e se relacionava com a etapa de execução do PBA no sentido de fornecer instrumentos para as comunidades fazerem a gestão do processo do PBA de maneira participativa e para dar um protagonismo na etapa de execução dos planos ambientais. Informou que seria tratado posteriormente.

Mírian Nutti ressaltou que não estava previsto anteriormente, não estava orçado em 2020 e estava no item de relacionamento e perguntou se deveria estar em execução.

Gabriela respondeu que os ciclos orçamentários aconteciam com bastante antecedência ao ano de execução e isso trazia alguma discrepância do que de fato se realizaria e esse planejamento havia sido feito ao longo de 2020, para aparecer agora, em 2021. Explicou que após uma análise técnica do PBA, constatou-se que a FR poderia estar se aproximando da execução e que estava em relacionamentos e não em estruturantes, pois a FR entendia que o eixo de relacionamento era transversal a todos e algumas ações se encaixavam melhor em relacionamentos e não teria uma limitação temporal.

Mírian Nutti solicitou que a resposta fosse registrada nos documentos e Gabriela respondeu que seria revisto.

Cacique Toninho falou que a planilha não estava clara para o território de Comboios e pediu mais clareza e que fosse adequado para que as Comunidades indígenas entendessem e Gabriela respondeu que a solicitação era legítima e sugeriu que fosse uma realizada uma reunião com as Comunidades, para uma melhor explicação do que foi apresentado.

Mírian Nutti perguntou se havia ficado claro que deveria ficar como encaminhamento, que a FR revisasse o documento encaminhado na última sexta-feira, não só nos valores específicos mas considerando o que tinha ficado na última reunião, para que a apresentação ficasse mais clara.

Gabriela respondeu que tinha anotado que era necessário revisar o glossário em todas as linhas descritas e que se houvesse alguma linha que não fosse orçamento específico do programa, que fosse detalhado e, também, que as ações das áreas que tivesse ações conjuntas para o público do programa, ou fossem responsáveis pela execução de alguma ação, fosse detalhado e que houvesse uma isonomia na apresentação, considerando os públicos e as etapas em que se encontravam as referidas ações.

Nelson perguntou sobre o relatório trimestral (janeiro, fevereiro e março). Gabriela respondeu que veria a data que seria enviado e disse que se referiu ao relatório orçamentário que foi enviado separadamente com algumas informações que não estavam no relatório trimestral. Nelson ressaltou que havia diferenças nos valores apresentados nos referidos documentos.

Ficou acordado que a FR rerepresentaria um material corrigido e mais claro.

Mírian Nutti pediu atenção ao que o Cacique Toninho havia solicitado e ressaltou a importância de se apresentar materiais adequados às Comunidades, para facilitar o entendimento de todos, pois se tratava de membros com voz e voto.

Nelson concordou e reiterou o que Mírian havia solicitado em relação a uma apresentação mais clara e completa sobre o orçamento. Em relação aos que estava previsto para os Krenaks, perguntou sobre os valores para as obras e se terminaria em abril.

Carla respondeu que os valores estavam errados e seriam revistos e que o prazo para abril era uma previsão, considerando o contexto da pandemia.

Nelson ressaltou que o planejamento executivo deveria casar com orçamento e que estava difícil entender por causa das diferentes informações nos documentos.

#### **PG 04:**

Naiara apresentou.

Lígia perguntou se a FR enviaria os documentos corrigidos e quando.

Naiara disse que no dia seguinte daria a resposta de uma data.

Jadilson falou que seria importante que se tivesse alguém da área para explicar o motivo da redução no pagamento do PAFE e perguntou sobre os valores previstos para indenização quilombola e para consultoria, quais teriam sido os parâmetros e critérios adotados. Ressaltou que seria importante que a Mariana Azevedo explicasse.

Naiara respondeu que algumas previsões seriam realmente operacionalizadas pelo PG 21 e que AFE fiascadores e quilombolas e estava previsto para 2021. Sobre a questão da indenização quilombola, o valor foi colocado com base na memória de cálculo da área da Mariana mesmo, mas saía da base da dinâmica deles e acabou indo para o PG 04. Quanto ao

valor que a Gabriela tinha mencionado, que seriam gastos com deslocamentos, alimentação e etc, a FR não havia executado e já estava previsto para 2021. Quanto à consultoria, o orçamento seria para a elaboração da matriz de danos em conjunto com a Comunidade, mas se o orçamento não fosse utilizado, a forma como estava planejado seria revista.

Jadilson perguntou se os recursos saíam do PG 04, mas eram operacionalizados pela área da Mariana e pediu explicações do motivo de o orçamento de 2020 ser maior que o 2021.

Naiara respondeu que para os faiscadores estava prevista a continuidade do AFE e para os Quilombolas, estava prevista a transição da fase emergencial para a estruturante, mas a decisão judicial havia mudado o cenário e informou que na parte da tarde, alguém do jurídico poderia esclarecer.

Mírian Nutti perguntou o que seria monitoramento Social.

Naiara respondeu que seria a elaboração participativa dos indicadores socioeconômicos com a Comunidade para checar o andamento das ações para a reparação e deveria ter sido iniciado em 2020, mas por causa da pandemia, houve um desvio, mas que a FR achou necessário rever o escopo de acordo com as realidades das Comunidades e no caso de Degredo, com o início do PBAQ.

Mírian Nutti perguntou se estava previsto no PBAQ e Naiara disse que sim, mas seria algo acessório e não só para Degredo, como também para os Faiscadores. Ressaltou que já estava prevista antes, mas não estava bem detalhada e não tinha sido executada em 2020 para que a FR pudesse delinear de uma forma que não se sobrepusse a ação do eixo gestão do PBAQ. A contratação não estava desenhada, mas o objetivo seria enriquecer a capacidade de análise ao longo da execução do processo da reparação.

Mírian Nutti disse que foi solicitado nas discussões sobre relatórios trimestrais que se incluísse os indicadores de condições de vida social e estar, mas a resposta da FR era sempre não, que não seria função da Fundação e ressaltou que queria entender como isso entraria nos Programas, sendo que não havia nenhuma ação com os faiscadores ou com os garimpeiros e o fato de que o monitoramento social não ter conteúdo, dificultava o entendimento.

Naiara respondeu que ação foi prevista para depois da revisão dos programas para terem os dados de monitoramento de todos os públicos, considerando as especificidades de cada um. Ressaltou que a revisão deixaria claro os objetivos e os indicadores.

Mírian respondeu que no PG 03 não tinha a rubrica do monitoramento social.

As representantes da FR disseram que tinha nos dois programas e que foi pensando de uma maneira geral.

Mírian questionou o fato do valor do monitoramento social para os indígenas ser três maior do que o da elaboração do PBA e Nelson disse que era maior que o da implementação.

Gabriela respondeu que o valor era para todo o período do processo de reparação a partir da execução e não só para o ano de 2021 e que deveria estar projetado para o período de 4 anos.

Mírian ressaltou que seria necessário que revisassem o que seria apresentado, para evitar os erros nos valores apresentados.

Nelson disse que entendeu que os 3 milhões previstos para a implementação dos PBAs no geral, inclusive do Quilombola, seria por um ano e perguntou se em 2022 seria outro recurso.

Gabriela respondeu no caso da execução do PBA, estava projetado para mais anos e não era só aquele valor.

Nelson mencionou que tinha perguntado na última reunião e a FR tinha respondido que o valor era provisionado, mas se o recurso não fosse executado, era jogado para o ano posterior.

Gabriela respondeu que isso acontecia, mas a FR não visualizava se encerrar com aquele valor, pois seria executado ao longo de 3, 4 ou 5 anos e o orçamento era desenhado o mais próximo para de dar o detalhamento numa fase posterior, na qual ainda não tinha chegado nos territórios. Reiterou que o valor era estimado e não era preciso.

Nelson perguntou sobre o valor provisionado para o GT indenização, pois deveria estar em consonância nos relatórios quadrimestral e trimestral. Falou que o documento que cancelava o GT indenização até a conclusão das soluções indenizatórias e que isso deixava subentendido que a construção não precisaria mais de GT, então não teria recurso para isso e no documento tinha.

Naiara respondeu que a FR não poderia revisar o documento como estava. Explicou que mesmo se chegasse à conclusão que uma linha que por algum motivo não fosse usada, era necessário esperar o próximo ciclo orçamentário para redirecionar e que para isso existia um processo interno e enquanto isso não acontecia, a linha continuaria no informe com o desvio apontado.

Nelson perguntou quando seria o próximo ciclo e Naiara respondeu que não sabia.

Mírian perguntou se as gerências não revisavam o que seria apresentado na reunião, pois apresentava muitos erros.

Nelson ressaltou que achou estranho terem apresentado um valor para a indenização quilombola, calculado pela Mariana, sendo que a FR não participou das reuniões do GT Indenização e para os Indígenas, que já estavam se reunindo com a FR, tinham ficado sem recurso provisionado.

Jadilson perguntou se transição nos valores dos AFES, segundo a decisão judicial, era em caráter de subsistência.  
 Naiara respondeu que o que foi apresentado naquele orçamento, não.  
 Jadilson perguntou o motivo de o orçamento ter diminuído em relação ao ano anterior.  
 Naiara respondeu que estava previsto que houvesse uma transição e a questão judicial acelerou o processo.  
 Lígia ressaltou que discutir um documento com tantos erros não seria proveitoso e solicitou que a FR enviasse o documento corrigido o mais rápido possível.  
 Carla respondeu que no dia seguinte traria uma proposta de data.

Às 13h40 minutos a reunião se encerrou, retornando à 14h10.

## II. PAUTA QUILOMBOLA

Pauta	Discussão
<p><b>5- Apresentação do orçamento, pelo menos o que está destinado e aprovado internamente pela FR, além de demonstrar as etapas restantes para 2021, referente ao sistema de abastecimento e a rubrica (atendimento ao encaminhamento E 34.6)</b></p>	<p>Carla apresentou o valor do contrato com a empresa projetista, que tinha sido contratada em 2020, quando houve saída do reparatório, tanto as ações referentes ao SAA quanto o fornecimento de água mineral. Explicou que o valor da contratação não havia sido apresentado na pauta geral, por fazer parte do programa reparatório e o dinheiro saía de outra conta e informou que o projeto básico foi entregue em fevereiro e estavam em vias de aprovação e validação do SAAE/Linhares para que fosse dada continuidade ao projeto executivo. Informou, também, que o que estava previsto para o ano de 2021, poderia ser levado até metade do segundo semestre (a elaboração do projeto executivo com os valores contratados e que os serviços de campo entravam nessa rubrica).</p> <p>Jadilson perguntou sobre os serviços de batimetria e Carla respondeu que já havia sido pago no ano passado.</p> <p>Jadilson perguntou sobre o valor pago, pois considerou muito alto para o projeto e Carla respondeu que o preço era aquele e que era uma previsão e, ainda, que o valor apresentado incluía vários serviços e vários tipos de ações, que aumentavam o valor do projeto. Ressaltou que a FR fazia análise técnica e comercial e no caso de dúvidas, a CT poderia consultar o setor de suprimentos e de compras.</p> <p>Tiago falou que na questão de valor, no que dizia respeito ao abastecimento de água, não havia nenhum dado de orçamento e que isso o preocupava, pois a FR havia enviado um Ofício, no qual havia deixado incertos os passos seguintes, de forma que não dava para saber se haveria previsão de projeto executivo ou execução do SAA. Perguntou o motivo do valor apresentado agora não ter aparecido no orçamento e Carla respondeu que era por ser compensatório e o apresentado foi o reparatório.</p> <p>Sobre o Ofício, Carla explicou que faltavam as tratativas como o Governo do Estado e que o assunto seria tratado no item específico.</p> <p>Jean perguntou se os valores para o projeto seriam apresentados de forma detalhada.</p> <p>Carla respondeu que os recursos eram reparatórios e que no início de 2020, o COF deliberou que para as ações referentes à água ou à elaboração do projeto SAA, fosse usados os recurso compensatório e isso tinha causado mudanças internas nas rubricas e que chegou a fazer parte do projeto conceitual, que foi todo reparatório e o básico foi uma parte e outra parte no compensatório e disse que o projeto executivo seria todo no compensatório. Esclareceu que o valor apresentado era estimado e que era pago a partir da medição e da entrega de parte do projeto e que talvez nem usassem o valor todo, pois a ação já estava adiantada, mas o SAAE poderia propor mudanças que poderiam ocasionar mudanças no escopo.</p> <p>Jean perguntou se funcionava como uma reserva que seria paga efetivamente mediante medição e Carla respondeu que sim.</p> <p>Jean perguntou pelos detalhamentos dos gastos e se a primeira coluna apresentava o que já tinha sido medido e se na segunda era o restante e Carla respondeu que em relação às colunas era sim e que o valor apresentado foi tudo o que foi pago em relação aos projetos como um todo, incluindo os serviços e a contratação das equipes necessárias.</p> <p>Tiago pediu que Carla explicasse sobre a inclusão ou não no orçamento, por ser compensatório e ressaltou que a CT e os atingidos precisavam saber o que seria orçado para 2021 e falou que o valor apresentado, destinado ao projeto executivo, sem chegar à execução do SAA, também deveria ser explicado.</p> <p>Carla respondeu que teria um detalhamento no item específico.</p>
<p><b>6- Explicação dos motivos do não cumprimento dos encaminhamentos E 35.2, E 35.4, E 35.5, E 35.9 acordados na 35ª RO da CT- IPCT</b></p>	<p><b>E35.2</b> - Lígia informou que a comunidade continuou recebendo as mensagens e que a retratação não foi feita.</p> <p>Carla respondeu que a Iara havia informado que havia encaminhado um comunicado, dizendo quais as comunidades que estavam contempladas na sentença e que Degredo não estava. Informou, também, que a FR ao saber que as comunicações anteriores continuaram a ser enviadas, a equipe do PG 04 fez algumas tratativas internas, reforçando com as áreas responsáveis a necessidade de informarem que Degredo não estava incluído na sentença.</p>

**7- Auxílio financeiro - explicações sobre a manutenção e a extensão das reduções indevidas no AFE de famílias quilombolas e sobre a ausência de resposta da Fundação Renova ao Ofício ATI ASPERQD 009/2021**

Lígia respondeu que a mensagem que foi enviada não estava adequada e não retratava a comunicação anterior. Silvani respondeu que foi solicitado que os nomes quilombolas fossem retirados da lista de transmissão e que já tinha duas semanas que eles não recebiam mais por nenhum canal.

Jadilson disse que quando enviaram o comunicado sobre o sistema Novel, foi enviado de forma massiva, mas a que deveria ser de retratação foi enviada apenas para seis pessoas.

Simony concordou com Jadilson e que as comunicações sobre o Novel continuavam chegando.

Lígia ressaltou que o encaminhamento não foi atendido e perguntou o que seria feito para resolver.

Silvani respondeu que não sabia que as comunicações continuavam chegando.

Naiara disse que as equipes estavam se esforçando e orientando a equipe de diálogo para que se fizesse um filtro específico para as comunidades tradicionais, considerando as especificidades de cada uma e que a Silvani já tinha participado de reuniões para orientação e informou que a Ana Carolina não pôde participar da reunião, mas já havia deixado avisado que os esclarecimentos já haviam sido feitos na Câmara Técnica de Diálogos, inclusive com a participação do Jadilson e perguntou para ele o que foi encaminhado na referida reunião.

Jadilson falou que a FR deveria ter mais respeito com a Comunidade, pois alguns colaboradores desrespeitavam os atingidos. Ressaltou que o assunto havia sido tratado na CT-IPCT e reiterou que a mensagem não retratava a anterior, conforme o combinado.

Lígia perguntou o que a FR faria a respeito.

Silvani respondeu que veria com a equipe de diálogo para resolverem a questão.

**E 35.3** - Sérgio respondeu que a CT deveria resolver com a Perícia Jurídica (Kearney).

**E 35.4/ 35.5 e 35.9** - Luiz Felipe respondeu que os três encaminhamentos estavam associados ao regime de transição do AFE e informou que após análise e discussão interna, a FR havia entrado em um entendimento no dia anterior. Informou, também, que o entendimento da FR foi que a transição se aplicaria ao público, pois na decisão judicial não se fazia distinção de povos e sim de categoria. Foi identificado que os públicos se encontravam em regime de subsistência e foram considerados não passíveis de revisão e por esse motivo, e o corte seria mantido e essa resposta seria formalizada.

Lígia respondeu que seria mesmo importante que a resposta fosse formalizada.

\*Considerando os encaminhamentos mencionados, os itens 6,7 e 8 se conectaram.

Jadilson respondeu que a resposta do Luiz Felipe, contrariou o que foi dito pela Viviane Aguiar na 35ª RO e esclareceu que os AFES de Degredo não eram da categoria de subsistência e já havia estudos que comprovavam que eles praticavam **pesca artesanal**, tanto que isso estava exposto no ECQ. Ressaltou que a FR tomava as decisões unilateralmente e perguntou o que seria feito a esse respeito.

Tiago falou que a resposta da FR não surpreendia e só confirmava que a interpretação da Fundação desvirtuava o que estava disposto na decisão do juiz. Ressaltou que caberia à CT definir qual órgão que a compõe poderia tomar uma atitude e era mesmo necessário que a FR formalizasse para que a CT pudesse agir e levasse a conhecimento do juiz. Pediu que a comunidade de Degredo juntasse as mensagens que não retrataram e todas as mensagens enviadas com o assédio para que aderissem à indenização de Linhares, para mostrar que a FR descumpriu da decisão do juiz, mesmo a decisão não incluindo Degredo, e isso já havia sido discutido na 35ª RO da CT-IPCT. Ressaltou que o mesmo caberia ao corte do AFE. Tiago mencionou que o mesmo corte aconteceu com os faiscadores (que seria tratado no dia posterior), mas já imaginava que a resposta da FR seria a mesma, sendo que seria absurdo considerar a faiscagem como atividade de subsistência, já que ninguém se alimentava de ouro. Ressaltou que o termo pescador de subsistência nunca tinha sido usado em Degredo e que eles praticavam pesca artesanal.

Tiago reiterou que o caso seria apresentado ao Juiz Mário.

Jean solicitou que a FR se manifestasse quanto à ausência do direito ao contraditório e ampla defesa dos atingidos, que sofreram o corte parcial ou até total no auxílio, que foi determinado pelo juiz e disse que a motivação para os cortes foi genérica e que haveria necessidade de motivação específica.

Luiz Felipe respondeu ao Jean que o aspecto do contraditório foi um dos motivos que ensejaram a correção que o juiz implementou por meio da decisão e parecia ser um aspecto já superado, considerando que já estavam em pleno regime de implantação da transição do AFE e quanto à motivação, a FR entendia que o juiz tinha consciência de que os quilombolas eram beneficiados pelo AFE e não fez qualquer tipo de distinção. Falou que a FR buscou na base cadastral para poder aplicar o regime de transição, na perspectiva de que os que sofreriam a redução, tivessem se declarado na categoria de subsistência. Ressaltou que a base cadastral foi usada como critério de evidência para justificar a redução.

Jean perguntou como foi oportunizado o contraditório.



**8- Explicação quanto à manutenção da categorização dos quilombolas como “de subsistência” no cadastro, embora autodeclarados como pertencentes a comunidade tradicional**

Luiz Felipe respondeu que não havia se expressado bem e esclareceu que a falta do contraditório foi utilizada pelo juiz Mário para poder implementar o regime de transição e reestabelecer os cortes e que isso parecia estar superado.

Dr. Francisco da Nóbrega disse que não havia sido apresentado nenhum tipo de contraditório e que foi mencionada a auto declaração, mas não se recordava de ter sido explicado o que seria subsistência e o que seria artesanal e nem quais seriam as implicações dessa declaração, pois foi uma categorização que, pelo o que entendeu, surgiu nessa decisão judicial, de forma pormenorizada e acabou causando perplexidade e os cortes, sem que os atingidos pudessem reagir. Disse que não houve, em nenhum momento, nenhuma espécie de contraditório e que isso era uma supressão dos direitos, quando se sabia que o marco final do AFE seria a retomada das atividades produtivas e a liberação do Rio Doce.

Jean disse que o entendimento da ASPERQD era o mesmo do Dr. Francisco.

Jadilson disse que em 1º de julho de 2020, a FR fez um informe no qual dizia que após mais de quatro anos do rompimento da Barragem de Fundão e do pagamento de R\$ 2,5 bilhões em indenizações e auxílios financeiros emergenciais, a FR caminhava para dar uma resposta definitiva aos atingidos e até agora nada de resposta. Ressaltou que no 4º parágrafo, a FR dizia que o AFE continuaria a ser pago para as categorias de pesca comercial e de subsistência na foz do Rio Doce, e, de pesca comercial em Minas Gerais, aos moradores de Mariana, Gesteira, Barra Longa e para os quilombolas, indígenas entre outros. Ressaltou que o ECQ deixava claro que a Comunidade de Degredo era **pesqueira artesanal** e que em nenhum momento usou o termo **subsistência**. Disse uma empresa (SINERGIA) havia feito os cadastros e que os cadastros foram feitos por autodeterminação e alguns, antes de 2019 e que tinha alguma coisa não estava batendo. Tiago registrou que uma decisão do juiz Mário sobre o AFE que dizia : *A Fundação Renova, mesmo nos casos graves de fraude identificada, deve garantir ao atingido o devido processo legal, notificando-lhe para prestar esclarecimentos, oportunizando, com isso, o contraditório prévio e a ampla defesa, seguida de decisão individualizada, fundamentada, especificando minuciosamente os motivos que levaram à decisão [...]*

*[...] Ao acolher a postulação da AGU, a decisão embargada impediu e obsteu o comportamento unilateral (e arbitrário) da Fundação Renova, fundado em estudos e interpretações internas, sem aprovação do CIF ou desse juízo, restabelecendo, com isso, a ordem jurídica, o devido processo legal e os termos do TTAC (PJE 1024354-89.2019.4.01.3800).*

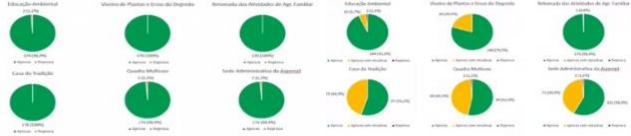
Tiago ressaltou que o juiz deixou claro e que a FR não cumpriu nada, nem em relação a Degredo e nem aos Faiscadores.

Mônica chamou atenção para uma questão de cunho social: as pessoas que tiveram o corte, não foram avisadas. Ressaltou a importância de que se tivesse uma preparação, principalmente da Comunidade, de geração de renda, para quando o AFE fosse retirado e da FR era justamente o contrário. Falou que a FR sabia que em Degredo não havia indústria que gere em emprego, os empregos são brutos (com poucos vaqueiros, os serviços são de diárias de R\$ 50,00/60,00, plantação de côco, pitaya, que uma hora acabavam as colheitas). Ressaltou que o pessoal da Responsabilidade Social nunca tinha feito nada em relação às famílias que ficavam sem renda, sem dinheiro nem para uma cesta básica. Ressaltou, também, que em Degredo não havia pesca de subsistência. Falou do risco de o pescador ser pego pelo IBAMA e perder o material de pesca. Pediu que FR olhasse pelo social, pois as pessoas estavam sem condições de manter a família. Registrou que ninguém pediu para ser atingido e que se considerasse o alto preço das coisas. Mônica lembrou que a FR não iria sustentar Degredo para sempre, mas que na época do Eduardo, a Comunidade era avisada do que iria acontecer e que agora as coisas aconteciam de surpresa e a FR ainda negava e ficava por isso mesmo. Mônica chamou a atenção para o fato de que a comunidade não era de subsistência, mas que estava numa situação de subsistência para sobreviver e que, enquanto assessoria técnica, recebia relatos da situação das pessoas. Pediu que a equipe da FR refletisse e enxergassem a situação das famílias que de certa forma, a FR estava prejudicando ela.

Jadilson ressaltou que estavam em uma área de proibição de pesca e quase todos da comunidade viviam daquilo. Ele vivia dentro de casa a situação dos pais, por não poderem pescar. Ressaltou que as cláusulas do TTAC não estavam sendo cumpridas em relação aos cortes no AFE, pois as comunidades tradicionais deveriam retomar a forma de viverem, para que isso acontecesse. Perguntou aos representantes da FR, o que tinham feito para que essa retomada acontecesse. Mônica lembrou que foi solicitado pela Comunidade que as obras do PBAQ deveriam ser iniciadas antes dos outros programas para que quando estes chegassem, as obras pudessem servir de suporte. Ressaltou que a Comunidade tinha esperança de que as referidas obras gerassem empregos para todos os dentro da Comunidade, pois teria vagas para desde ajudantes de pedreiro até engenheiro, por exemplo, mas que a FR já havia informado não haver orçamento para o início das obras em 2021, por motivos que seria possível resolver.

Luiz Felipe respondeu a Jadilson que seria uma questão de interpretação da decisão, pois quando se falava da retomada das condições ambientais inerentes à qualidade do pescado, à segurança alimentar e à qualidade da água, Dr. Mário estipulava na decisão que se daria por meio do eixo prioritário n.º 6 (decisão do Dr. Mário) de uma perícia capitaneada pela empresa responsável,

	<p>que emitiria um laudo sobre. Disse que a questão de impacto das atividades produtivas, econômicas geradoras de renda, na ótica do juiz, se encontravam obstruídas pelos impactos decorrentes do rompimento e que o AFE, para os que tiveram as atividades interrompidas estava intacto e reiterou que o corte foi para quem estava em regime de subsistência. Disse, ainda, que o ponto de divergência estava na interpretação da decisão judicial.</p> <p>Jadilson disse que era absurdo a afirmação de que tinha AFE intacto.</p> <p>Lígia perguntou qual seria o prazo para que a FR oficializasse a resposta sobre o corte nos AFES. Sérgio respondeu que não poderia dar um prazo naquele momento, pois teriam que analisar e consultar a área responsável e trariam no dia 11/03, poderia responder.</p> <p>Lígia sugeriu que fosse colocado o prazo de 15 dias e caso não fosse possível, a CT fosse avisada.</p> <p>Jadilson disse que o prazo já tinha vencido e que 15 dias era muito tempo e que poderiam dar uma resposta no dia seguinte.</p> <p>Tiago concordou e ressaltou que foi estipulado um prazo de 15 dias a partir da reunião de janeiro e a FR não teve a consideração de enviar pelo menos um e-mail, avisando que não poderia cumprir e que seria inadmissível que não pudessem estipular uma data. Falou que precisariam de um documento formalizando para que um encaminhamento fosse feito ao juiz e ressaltou, também, que um ou dois dias para a elaboração de um ofício, cuja a decisão havia sido concluída no dia anterior, era mais que suficiente.</p> <p>Luiz Felipe respondeu que as considerações eram pertinentes, mas que poderiam não conseguir cumprir o prazo de dois dias e que 15 dias seria o mais adequado.</p> <p>Lígia respondeu que era importante estipular, também, um prazo para retratação das mensagens. Jadilson respondeu que na reunião da CT-PDCS, já tinha sugerido um texto, o prazo para a retratação fosse até o dia 16/03/2021. Ressaltou que a retratação deveria ser por todos os canais pelos quais foram recebidas as mensagens anteriores.</p> <p>Silvani respondeu que a equipe responsável não estava presente e passaria o encaminhamento, mas não poderia garantir o cumprimento.</p> <p>Lígia e Jadilson ressaltaram que a ausência da equipe não se justificava, considerando que os pontos de pauta haviam sido encaminhados com antecedência, cumprindo o prazo regimental e que era para os responsáveis estarem presentes.</p>
<p><b>Encaminhamento E 36.1</b></p>	<p>A FR deverá encaminhar a retratação das mensagens sobre a aderência à proposta de indenização simplificada da sentença de Linhares, de acordo com o que foi deliberado (mensagem de texto, ligação, pílula de What'sApp) <b>até o dia 16/03/2020.</b></p>
<p><b>Encaminhamento E 36.2</b></p>	<p>FR deverá encaminhar formalmente a decisão até o dia 12/03/2020 (revisão do corte do AFE)</p>
<p><b>9- Resultados da 2ª consulta do PBAQ detalhado</b></p>	<p>Silvani informou que em janeiro/2021, havia sido realizada a plenária da 2ª consulta e apresentou os seis programas consultados e aprovados:</p> <p><b>Programas com detalhamento validado na 2ª consulta:</b>  <b>PGR03. Casa da tradição do Degredo</b>  <b>PGR04. Quadra multiuso</b>  <b>PGR08. Educação ambiental</b>  <b>PGR11. Viveiro das plantas e ervas medicinais do Degredo</b>  <b>PGR13. Retomada das atividades de agricultura familiar</b>  <b>PGR20. Sede administrativa da ASPERQD</b></p> <p>Informou que o Daniel Martins, da H&amp;P, faria um recorte do que foi feito na consulta e que foi usada a mesma metodologia da plenária anterior, com cinco técnicos comunitários.</p> <p>Daniel continuou com as informações passadas pela Silvani, dizendo que replicaram o que foi feito na primeira rodada e contaram com a participação dos cinco técnicos comunitários, que receberam apoio da FR e contou com a parceria da ASPERQD, para conseguir gerar a consulta pela internet, por causa da pandemia. Informou, ainda, que foi produzido material didático e versões resumidas dos programas que seriam consultados até pelo What'sApp, para distribuir para a comunidade. Ressaltou a ajuda dos mobilizadores da ASPEQD, que percorreram as casas, entregando o material e já informando as famílias sobre o que aconteceria. Os técnicos contavam, ainda com os aplicativos e por meio dos tablets, explicavam os processos e já apresentavam e validavam a consulta junto às famílias. Informou que foram aplicados formulários em 177 núcleos familiares e havia sido feita, também, a geolocalização de cada local onde foram feitas as consultas. Disse que a partir dessas aplicações, foi formado um banco de dados e foi feita a consolidação do resultado da consulta. Daniel apresentou exemplos de pílulas de What'sApp e o mapa da geolocalização. Daniel ressaltou que 176 das 177 autorizaram o uso das informações nas consultas, alcançando um número maior que na consulta anterior.</p> <p>Apresentou os resultados, iniciando pela categorização do que apareceu na plenária, que foram divididos em consensos e debates.</p> <p>Depois apresentou os gráficos dos PGRs 03,04 e 20 e seus encaminhamentos (tirados das ressalvas). Ressaltou que os três programas para as três construções foi basicamente o mesmo e a grande inovação ao texto de PBA foi a escolha por troncos familiares, mas havia sido validada e seria incorporado ao texto. Apresentou o PGR 13, que não teve nenhum encaminhamento. Apresentou o PGR08 e seus encaminhamentos, sendo o mais relevante a participação dos idosos.</p>

	<p>Apresentou o PGR 11 e seus encaminhamentos: Apresentou um consolidado da consulta e considerou muito positiva com poucas ressalvas e que o PBA estava muito próximo do que a Comunidade queria e que tinha mais seis programas prontos para execução:</p>  <p>Silvani adiantou a questão da consulta da terceira plenária, que os 8 programas que estavam no aguardo e como tinham ficado definido na reunião da CT, iria se realizar no primeiro semestre de 2021 e informou que estavam na organização do Comitê Gestor e a pretensão era realizar uma reunião em março/2021, para definição de cronograma e planejamento e organização e paralelamente, contratar os cinco técnicos comunitários que iriam realizar a terceira rodada da consulta.</p> <p>Mônica perguntou como seria o processo de contratação dos técnicos comunitários. Silvani respondeu que a H&amp;P estava à frente do eixo gestão e faria todo o processo e que a ideia era dar continuidade à mesma metodologia, que já estava validada e aprovada e estava dando certo.</p> <p>Daniel complementou dizendo que a atuação dos cinco técnicos continuaria durante o PBA inteiro e tinham duas equipes contratadas, sendo que poderia ser os mesmos cinco, poderia ser quatro, dependendo do perfil, pois fariam análise das próximas atividades. Caso não se encaixassem poderiam fazer nova seleção, mas considerava que os cinco já estavam bem capacitados.</p> <p>Mônica perguntou se a comunidade participaria das reuniões ou seria um andamento interno e ressaltou que achava importante que a ASPERQD participasse. Daniel respondeu que os critérios de seleção seriam compartilhados e esclarecidos. Mônica respondeu que estava falando de todo o processo, mas que a H&amp;P costumava fazer tudo aberto. Daniel respondeu que a ideia era fazer tudo junto com a comunidade e assim estava funcionando bem.</p>
<p><b>10- Tratativas da Renova para proposta de Monitoramento Hídrico Participativo com UNESCO</b></p>	<p>Naiara respondeu que equipe da UNESCO entraria em contato com a Comunidade na semana corrente pois precisaram de um tempo para se apropriarem dos documentos do ECQ e do PBAQ. Informou que a UNESCO tinha um contrato dentro da área de relações institucionais da FR e tinham uma equipe internacionalmente qualificada para essas questões de monitoramento participativo com comunidades e informou que isso foi uma demanda da comunidade, pois esta queria uma proposta metodológica que garantisse a participação em todo o processo e a UNESCO já havia participado de uma reunião com a comunidade para que mergulhassem no universo do PBAQ. Naiara disse que a UNESCO havia colocado como premissa, que a ação seria realizada com a Comunidade, com o consentimento desta, de forma independente da FR e as tratativas seriam diretamente com a comunidade. Informou que o consenso foi construído internamente e a FR teria dado o OK para a UNESCO apresentar a proposta à Comunidade. Naiara ressaltou que a UNESCO tinha um leque de parceria e ações muito grande e que a parceria poderia render bons frutos e que a FR acompanharia, mas a comunidade teria autonomia para aceitar ou não.</p> <p>Pedro que queria entender o que significava a UNESCO ser independente da FR e perguntou se a FR poderia compartilhar o Termo de Cooperação da citada parceria e relações institucionais que a UNESCO teria com a FR.</p> <p>Naiara respondeu que a independência seria no sentido dos parâmetros, das formas de participação da comunidade e a execução, que seria feita pela UNESCO. A FR acompanharia a gestão de contrato e resultado a FR acompanharia, sem interferir tecnicamente.</p> <p>Quanto à disponibilização do termo, Naiara disse que veria com a área responsável.</p> <p>Simony disse que estranhou a demora, que o prazo não foi cumprido e ressaltou que a Assessoria estava sem acesso à tomada de decisão e que tudo estava muito confuso e acreditava que estava confuso para a comunidade e para a comissão também. Ressaltou que a Assessoria precisava de acesso às informações, para poderem cumprir o seu papel, que e-mails não eram respondidos, prazos não eram cumpridos e que na falta disso, era necessário levar para a CT. Disse que a FR fez uma apresentação para a comissão sem dar oportunidade à comunidade de ser acompanhada de assessoramento técnico. Pediu mais transparência da FR.</p> <p>Andrea concordou com Simony e disse que seria importante a Comunidade saber como seria a contratação, pois uma contratação com organismo internacional, trazia uma série de questões e modelos que deveriam ser seguidos e ressaltou que mesmo a UNESCO sendo um organismo de renome, era extremamente importante que a Comunidade soubesse como seria a contratação e que a única forma, seria tendo acesso ao documento que foi assinado. Ressaltou, também que todos deveriam ter acesso, considerando o processo de transparência e que deveriam saber os detalhes, pois um grupo entraria no território e o trabalho era muito técnico.</p>

Naiara respondeu que já existia uma parceria e tinha um escopo de promoção da paz e de ações de educação e a UNESCO tinha uma equipe de água e meio ambiente, que teria interesse de atuar com comunidades no Brasil. Disse que nos diversos diálogos sobre o PG 04, o pessoal da equipe socioambiental da FR chegou à conclusão que a metodologia da FR não estava atendendo, principalmente, ao parâmetro de participação social e de protagonismo da Comunidade e consideraram que a parceria que já estava firmada para outras ações, poderia ser usada. Disse que depois pediria para o RI apresentar o que já havia sido feito. Informou que a questão do prazo foi que foi necessário articular com outras áreas.

Naiara respondeu para Simony que a empresa executora do eixo cultura ainda não havia sido contratada e que o processo concorrencial estava em andamento e assim que fosse definida, seria informado. Informou que a intenção era começar, ainda em março, a execução do PBAQ com o eixo gestão e que se instituisse o Comitê Gestor, para dar mais transparência, para facilitar a comunicação e facilitar a rotina.

Simony perguntou se a UNESCO estaria participando da concorrência para executar o programa. Naiara esclareceu que o processo de execução era o relacionado ao eixo cultural, que foi usado como exemplo e respondeu que a UNESCO já tinha uma **parceria** firmada com a FR e essa parceria, se encaixou com o que a FR estava procurando, no que dizia respeito a monitoramento participativo.

Tiago perguntou em qual programa o monitoramento hídrico estava incluído, pois teria uma leva de programas que precisavam de consulta e havia um impasse entre o apresentado pela FR e o escopo do programa e agora a UNESCO era apresentada como parceira da FR para a execução de monitoramento hídrico. Perguntou, também, se o impasse tinha sido resolvido e se os programas de monitoramento ambiental e da qualidade da água seriam executados pela UNESCO. Em resumo: perguntou se a UNESCO seria o ente contratado para a execução do programa do PBAQ.

Naiara respondeu que o escopo que a UNESCO tinha, era aderente ao escopo do PGR 05. O PGR 07 era o que estava em discussão ainda, era o PGR 06 e 07 e estes não estavam no escopo da UNESCO.

Tiago respondeu que o PGR 07 era sobre o monitoramento hídrico e Naiara ressaltou que sim, mas era das águas subterrâneas.

Tiago perguntou, então, qual seria o objeto da UNESCO.

Naiara respondeu que era o Rio Ipiranga e as águas das Lagoas e que não envolvia águas subterrâneas.

Tiago perguntou o porquê de a UNESCO não executar o PGR todo e Naiara respondeu que essa era a ideia.

Jadilson sugeriu que o PGR 6 entrasse no mesmo escopo.

Tiago perguntou se a UNESCO já conhecia o PBAQ e Naiara respondeu que sim e que deveriam entrar em contato com a comunidade e quanto à sugestão do Jadilson, respondeu que a proposta poderia ser construída junto à Comissão e à ASPERQD.

Dandara ressaltou que havia vários dissensos quanto aos programas de monitoramento e que a FR havia se negado, em razão de a parte relacionada à saúde do pescado estar judicializado. Em relação ao PGR 07, estava previsto o monitoramento de todos os poços da comunidade (mais de 170) e a FR queria incluí-los dentro do programa do PMQACH, que monitorava só 24 poços. Informou que esses poços foram mapeados e ficou evidente que se perderia muitos pontos, caso se monitorasse só os 24, fora o que poderia trazer de problemas dentro da Comunidade. Ressaltou que a FR estava evidenciando só o PGR 05, pois já tinha sinalizado que não iria fazer os outros. Disse que queria saber como seriam resolvidos os dissensos e esperava que a UNESCO executasse os PGRs 5, 6 e 7.

Tiago sugeriu que a UNESCO era uma entidade de renome, mas que se preocupava com o fatiamento da execução do PBAQ e propôs que fosse feito um cronograma que colocasse a consulta aos planos de trabalho dos últimos oito programas, antes da apresentação do plano de trabalho do pessoal da UNESCO, pois era necessário que tudo relacionado aos programas de monitoramento estivesse fechado.

Naiara respondeu que os programas 6 e 7 não estavam na pauta e era necessário que a equipe responsável estivesse presente e que em relação à parceria com a UNESCO, a equipe teria expertise para o PGR 05 e não para os outros. Informou que o fatiamento era para que conseguissem encaminhar as contratações do que já estava resolvido e que não teria como ir para a consulta, programas com dissensos.

Jadilson perguntou qual seria o motivo de a FR querer que os programas fossem feitos pelo PMQCH.

Naiara disse que algumas questões estavam judicializadas e não os programas 6 e 7 inteiros. Considerando que a equipe técnica não estava presente, Naiara disse que não poderiam aprofundar.

Lígia sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária para tratar dos pontos do PBAQ.

<p><b>11- Proposta para Comitê Gestor do PBAQ</b></p>	<p>Silvani apresentou os objetivos do Comitê Gestor do PBAQ.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar a rotina de execução dos programas do PBAQ que já estão em andamento;</li> <li>▪ Garantir o bom andamento das ações e envolver as instâncias decisórias em caso de dissenso ou qualquer necessidade ao longo do caminho de execução;</li> <li>▪ Em caso de dissenso, levar a discussão para a CT- IPCT;</li> <li>▪ Realizar status de acompanhamento dos programas em execução com a participação das empresas executoras;</li> <li>▪ Analisar relatório e realizar encaminhamentos com o Eixo Gestão do PBAQ (H&amp;P);</li> <li>▪ Assegurar que a 3ª consulta aconteça de acordo com a metodologia validada.</li> </ul> <p>Informou que estavam finalizando os últimos passos para que se realizasse a reunião do Comitê. Nelson perguntou qual seria o papel com Comitê Gestor, considerando a existências do Programa 18.</p> <p>Silvani respondeu que dentro da composição do Comitê, que teria a participação da FCP, da Comissão, da ATI ASPERQD e a FR e a intenção seria ser um fórum para acompanhar e articular, sem impacto imedito, e, para que todos estivessem juntos no acompanhamento dos projetos em execução e trouxesse proatividade ao processo.</p> <p>Tiago disse que a orientação seria não se criar nenhuma instância que se desvinculasse do que já estava previsto no PBAQ e que se teria o Comitê, este deveria ser parte do que já estava previsto no Programa de Monitoramento e que farantisse o protagonismo da Comunidade. Observou que recebeu um convite para participar do Comitê, para fazer um trabalho de nivelamento para o representante da Palmares, mas esclareceu que não poderia ocupar cadeira, pois para isso, o convite deveria der direcionado à Defensoria e não para ele pessoalmente e que poderia fazer apenas uma transição. Reiterou o que já havia dito sobre a necessidade de que o fosse uma ação dentro do contexto do programa já presente no PBAQ.</p> <p>Silvani respondeu que a FR não estava criando outra instância e que o Comitê estaria muito integrado ao eixo de gestão.</p> <p>Nelson ressaltou que uma coisa seria integrar e outra fazer parte e entendia estar havendo uma instância paralela ao eixo de gestão.</p> <p>Silvani respondeu que esse era o objetivo: integrar.</p> <p>Nelson respondeu que queria entender como a CT funcionaria com árbitra dos dissensos, se o PBA detalhado já estava aprovado, com muitos programas na fase final e como funcionaria a integração.</p> <p>Simony respondeu que poderia até mudar o nome do Comitê e que não estavam sendo tratados pontos dos dissensos, mas sim, os programas já detalhados e em andamento. Ressaltou que não era um espaço paralelo de tomada de decisão e considerava que teria sido de ganho, o que poderia ser visto quando se iniciassem as reuniões, uma vez que a CT não acompanhava os processos e suas fases de andamento, ação que era mais ligada à Comissão e à ASPERQD junto com a FR e disse que o Comitê estava no plano de trabalho da Assessoria, que precisava fazer relatórios de como estaria o andamento dos processos e mencionou que no último relatório, a FR aparecia como <i>stakeholder</i> em todos os processos atrasados. Achou importante dizer que o Comitê viria para agregar.</p>
<p><b>12- Apresentação do cronograma para conclusão da última rodada de consulta ao PBAQ Detalhado e início da execução dos programas detalhados já consultados</b></p>	<p>Não houve mudanças na previsão já informada anteriormente, de que a terceira rodada de consulta acontecesse ainda no primeiro semestre de 2021. As datas exatas dependeriam da mobilização dos Técnicos Comunitários detro do eixo de gestão do PBAQ e seriam definidas no Comitê Gestor e informadas oportunamente à CT-IPCT.</p>
<p><b>13- Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) em Degredo</b></p>	<p>Carla apresentou a atualização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As coletas em Degredo paralisaram em março de 2020, em função da pandemia e sem previsão de retorno;</li> <li>- Em junho de 2020, as coletas foram retomadas em alguns pontos, determinados pela CT Saúde, desde que fossem sistemas abastecimento coletivos (SAC) e de abastecimento de água localizados em áreas públicas;</li> <li>- Em Degredo existem 4 SAC's, mas todos localizados em residências, por isso não estão sendo realizadas as coletas na comunidade e <u>não teria previsão para isso.</u></li> </ul> <p>Dandara respondeu que ela e Jadilson participaram de uma reunião na semana anterior, com a participação de representantes do IEMA, da CT-Saúde e da CT –SHQA, na qual a intenção seria entender se fazia sentido Degredo fazer parte do PMQACH, no monitoramento dos 24 poços. Disse que não houve o mínimo de coletas, que seriam dezoito e os motivos para a falta de coleta foi a Covid e os problemas que a Comunidade teve com o Laboratório Tomazzi. Ressaltou que a Comunidade teria provas e havia relatos de dissensos em relação à coleta de dados. Dandara falou que na reunião, ela e Jadilson defenderam que as coletas continuasse, pois não tinham em vista nada para fazer no pós monitoramento e o ideal era monitorar, obter uma resposta e a partir da resposta, pensar nas medidas de conservação ou de recuperação daquele ambiente que estava</p>

	<p>seno monitorado. Ressaltou que a atualização apresentada, trouxe preocupação, pois a FR tinha afirmado em uma reunião da CT- Saúde, realizada em dezembro, que não tinha certeza se Degredo continuaria no PMQACH. Mencionou que foi solicitado junto à CT-Saúde, que a Comissão Quilombola e a ASPERQD fossem inseridas no GT Água, GT da CT- Saúde que trataria do PMQACH, da revisão do programa e a retomada das coletas.</p> <p>Carla respondeu que desconhecia a citada reunião e que a resposta que apresentou, foi do PG 08.</p>
<p><b>14-Troca de empresa de coleta no Programa de Monitoramento Quali-quantitativo sistemático (PMQQS)</b></p>	<p>Carla apresentou o que área responsável havia informado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 22/12/20 a FR enviou para a CTSHQA o ofício FR.2020.2110, informando:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• A continuidade do PMQQS ;</li> <li>• A finalização do processo concorrencial de contratação do novo laboratório;</li> <li>• O laboratório vencedor : <b>Tomazi</b></li> </ul> </li> <li>- Em 13/01/21 a FR enviou para a CTSHQA o ofício FR.2020.2110-01, com informações complementares ao ofício anterior, tais como:             <ul style="list-style-type: none"> <li>O início do novo contrato em fev./2021;</li> <li>Detalhamento das campanhas mensais, trimestrais, semestrais e anual.</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>15- Atualizações sobre o Sistema de abastecimento de água (SAA), Plano Executivo e execução das obras (Ofício FR. 2021-0178)</b></p>	<p>Carla apresentou a atualização sobre o SAA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Projeto básico de SAA foi entregue ao SAAE/Linhares para análise e validação no dia 02/02/2021, em cumprimento à Deliberação CIF no 430;</li> <li>- O SAAE/Linhares acordou 30 dias úteis para emissão de parecer técnico (17/03/2021);</li> <li>- Está prevista uma visita em Degredo, a pedido do SAAE, para verificação in loco do projeto para o dia 09/03/2021</li> </ul> <p>Projeto Executivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerca de 90 dias úteis após validação do Projeto básico pelo SAAE/Linhares.</li> <li>- O ofício informou o cumprimento da Deliberação CIF no 430;</li> <li>- O ofício também foi pautado, além da decisão judicial out/19, no OFICIO/SEAMA/GS/Nº 121/2019 de 26/04/2019 do Governo do ES: "...após a elaboração do projeto e orçamento, novos entendimentos serão buscados pelo Governo do Estado com a Fundação Renova, junto ao sistema CIF e administração municipal, para definir as contribuições orçamentárias para a execução das obras estruturantes", que subsidiaram os informes constantes no ofício FR.2021.0178 enviado pela Fundação Renova em 02/02/2021, o qual encaminhou o projeto básico de SAA (Sistema de Abastecimento de Água) para análise e validação do SAAE/Linhares, para posterior elaboração de projeto executivo.</li> <li>- Por fim, o ofício encaminhou o projeto básico de SAA para análise e validação do SAAE/Linhares, para posterior elaboração de projeto executivo, o qual informa que "a apresentação do Projeto Básico do SAA da CRQ Degredo não vincula a execução de obras", tendo em vista que haverá em breve (assim que os projetos forem finalizados) uma nova discussão sobre as contribuições orçamentárias citadas no ofício do Governo do ES.</li> </ul> <p>Tiago ressaltou que no ponto sobre o SAA, havia uma desconsideração à Deliberação 355 (<i>Aprovar a solução para a distribuição de água para consumo humano na comunidade Degredo (Linhares/ES) como gastos compensatórios, conforme as considerações constantes na Nota Técnica Intercâmaras nº 02/2019 – CT-IPCT/CT-SHQA/CT-Saúde</i>).</p> <p>[...]Considerando o definido nas Deliberações do CIF nº 199/2018, nº 255/2018, nº 256/2019 e nº 329/2019, na Nota Técnica nº 01 do CGCA/ES e na Nota Técnica Intercâmaras nº 02/2019 - Câmaras Técnicas Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, Segurança Hídrica e Qualidade de Água, e Saúde, bem como nas atribuições deste órgão colegiado; e Com vistas a solucionar impasse de entendimentos quanto aos recursos a serem dispendidos com o fornecimento de água à comunidade de Degredo, o COMITÊ INTERFEDERATIVO delibera que a Fundação Renova deverá:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter o fornecimento de água mineral para a comunidade de Degredo (Linhares/ES) a razão de 15l/pessoa/dia, com recursos em torno de 90.000,00 (noventa mil reais) mensais, até que a solução definitiva/sistema de abastecimento de água potável esteja implantada e funcionando de maneira adequada;</li> <li>2. <u>Apresentar o Projeto Básico da solução definitiva/sistema de abastecimento de água potável para a comunidade de Degredo, em conformidade com a Deliberação nº 329/2019 e garantir os recursos necessários à elaboração do projeto executivo e para a execução das obras;</u></li> <li>3. <u>Classificar ambos os recursos como compensatórios, enquanto prosperar a sentença judicial proferida em 23/10/2019 (id 100057853) pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG. [...]</u></li> </ol> <p>Ressaltou que o Ofício enviado pela FR falava em mera liberalidade, mas isso não existia, e que o CIF já havia decidido, conforme manifestação da justiça e que em relação a Degredo, tanto a água emergencial, quanto ao projeto SAA deveriam ser custeados com o recurso da FR, oriundos do fundo compensatório e não havia dúvidas em relação a isso. Disse que a Deliberação 430 tratava de algo mais objetivo em relação ao projeto básico, dando um prazo de 75 dias, contados a partir dos ajustes e aprovação pelo SAA das premissas técnicas e não tratava dos mesmos assuntos abordados na 355, só fazia referência e dava uma tratativa mais detalhada em relação ao prazo de entrega do projeto básico. Em relação ao projeto executivo e execução do SAA, desde o definido na 355, a responsabilidade era da FR.</p> <p>Jadilson perguntou se, considerando os itens 2 e 3, da Deliberação 355 e considerando, ainda, a afirmação da FR de que não havia nexo causal, quando se falava em recurso compensatório, essa questão de nexo causal não cairia.</p> <p>Carla respondeu que mesmo no caso de recurso compensatório, era necessário que se indicasse qual teria sido o impacto que não se conseguiu reparar. Como o caso era a água para consumo humano, a FR não conseguiu visualizar isso e que por isso estava em discussão, pois ainda não estava definido e que teria, ainda a troca de informações com o Governo do ES.</p>

<p><b>16-Descumprimento da Deliberação CIF nº 231 - Planos de Contingência de Cheias para as demais comunidades tradicionais e integração ao Plano Anual de Contingência para o Período Chuvoso.</b></p>	<p>Carla apresentou o que foi feito:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 02/10/2020: FR enviou o ofício FR.2020.1574 que encaminhou justificativa técnica para a não elaboração de plano de contingência de cheias para essas comunidades tradicionais;</li> <li>- Na 34a RO da CT IPCT (nov/20), foi acordada uma reunião para que a equipe técnica da FR apresentasse a justificativa técnica enviada em out/20 para a CT IPCT;</li> <li>- Em 18/11/2020, ocorreu a reunião de esclarecimento da justificativa técnica pela FR.</li> </ul> <p>Informou que o entendimento da FR continuava o mesmo.</p> <p>Dandara respondeu que esperava uma justificativa técnica na época e a FR havia respondido que não faria o plano de contingência de cheias, por acreditar que não seria o ideal para a Comunidade, mas entendia que algo que vinha de uma deliberação, viria depois de uma discussão técnica, uma vez que o território teria uma grande conexão com o Rio Doce, principalmente no período de cheias. Ressaltou que a FR disse que não faria o plano, mas não apresentou nenhuma outra alternativa ou explicação. Reforçou que a CT deveria se manifestar diante do CIF, considerando o descumprimento da Deliberação.</p> <p>Lígia respondeu que já havia discutido na pauta fechada.</p>
--	---

A reunião se encerrou às vinte horas e trinta minutos do dia 9 de março de dois mil e vinte e um, sendo retomada à 11h20 dos dia 10.

<p align="center"><b>III. PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS/FAISCADORES</b></p>	
<p align="center"><b>Pauta</b></p>	<p align="center"><b>Discussão</b></p>
<p><b>17- Apresentação das ações e atendimentos realizados pela Fundação Renova e interface entre os PGs (atendimento ao encaminhamento E 34.7)</b></p>	<p>Adebal apresentou:</p> <p>Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística (PG12)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico de Referências Culturais – identificou de forma participativa, os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão aos bens culturais materiais e imateriais de relevância para as comunidades de 21 localidades dos municípios de Rio Doce, Barra Longa, Mariana, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova.</li> <li>• Parceria com a Unesco vai implantar ações para reparação e salvaguarda das referências culturais materiais e imateriais impactadas que foram identificadas no Diagnóstico, entre elas está o ofício da faiscação.</li> </ul> <p>Informou o que havia interfaces entre o diagnóstico de referências culturais e o PG 04.</p> <p>Lígia perguntou quando havia sido feito o diagnóstico. Adebal respondeu que entre junho de 2018 e outubro de 2019.</p> <p>Mírian Nutti perguntou sobre as diretrizes do PG 12, pois além do diagnóstico, havia tido um trabalho da Lactec para a parte de arqueologia, de bens culturais, etc e sugeriu que tivesse uma apresentação do material ou por parte de alguém do PG 12 ou da CT-ECLET.</p> <p>Fez alguns questionamentos e Adebal respondeu que para um aprofundamento e um status da parceria, as questões deveriam ser respondidas por alguém responsável pelo programa junto com a CT-ECLET.</p> <p>Tiago perguntou se o passo seguinte seria a reparação e salvaguarda e Adebal respondeu que o diagnóstico foi finalizado e foi desenvolvida uma estratégia para prover a reparação e a salvaguarda das referências culturais e que o próximo passo seria a conclusão da parceria com a UNESCO para que ela desenvolvesse a estratégia que foi elaborada pela equipe do programa para realização do processo que estava sendo chamado de reparação salvaguarda das referências culturais, que foram identificadas no diagnóstico como impactadas, de algum modo, pelo rompimento da barragem.</p> <p>Andréa perguntou se essa ação que foi feita pelo PG 12, havia sido acompanhada pelo PG 04 e Naiara respondeu que não acompanharam a execução do diagnóstico, mas mapearam como interface com outras áreas e não teria detalhes.</p> <p>Andréa ressaltou que o processo corria desde 2018 e não constava em nenhum relatório trimestral e nem nas ações realizadas com comunidades tradicionais. Disse que a FR sempre apresentava nas reuniões a questão da transversalidade, da importância e do protagonismo das Comunidades Tradicionais, mas nunca havia citado a referida ação.</p> <p>Adebal respondeu que o diagnóstico não havia sido voltado para as Comunidades Tradicionais e nas oficinas, que foi a metodologia utilizada para a realização do estudo, houve participação de diversos sujeitos sociais e não foi uma oficina voltada, especificamente para o grupo dos faiscaadores ou garimpeiros. Disse que a faiscação surgiu como um ofício tradicional, referência para algumas das 21 comunidades. Ressaltou que o diagnóstico envolveu a comunidade em geral das 21 localidades.</p> <p>Francisco Phelippe perguntou se existiria uma segunda fase, pois se falava em diagnóstico, mas seria um mapeamento, que trazia alguns critérios bem ruins, pois trabalhava com impactos diretos e indiretos e com uma listagem de referências culturais identificadas e tinha uma descrição muito boa, inclusive da metodologia utilizada, que era de certa maneira, participativa, para mapear as referências culturais, mas não tinha visto nenhum conteúdo produzido para cada referência cultural. Perguntou se na parceria com a UNESCO estava previsto o diagnóstico, de fato. Informou que o chamado diagnóstico havia repetido um erro: não trazia o garimpo e os garimpeiros como elementos do</p>

	<p>diagnóstico, só trazia a faíscação, e sabia-se que as pessoas se identificavam como garimpeiros e descreviam a faíscação como atividade do garimpo.</p> <p>Míriam Nutti apurou que a FR iria apresentar o escopo da parceria com a UNESCO na semana posterior para a CT- ECLET, que não conhecia o conteúdo, então só a FR teria as informações, e que a ação estava sendo conduzida pelo PG 12 e pelo 13 (que ainda não havia informado como estava sendo discutido o assunto).</p> <p>Ségio respondeu que não sabia que ainda seria apresentado para a CT-ECLET, mas a preocupação era que o assunto seria conduzido pela referida Câmara, por isso orientou que fosse debatido com ela.</p> <p>Adebal respondeu ao Francisco Phelippe que o diagnóstico havia sido dividido em 3 produtos. A primeira etapa foi identificar as referências culturais, a segunda foi fazer a análise dos impactos que as referências haviam sofrido e a terceira foi o conjunto de ações propostas pela Comunidade, para reparação e salva guarda dos bens identificados. Informou que o diagnóstico havia passado pela análise de avaliação de qual tipo de impacto teria sofrido cada uma das referências culturais e que foram feitas fichas descritivas para organização dos dados, com as características históricas, culturais e sociais de cada uma das referências, assim como a análise do impacto que cada uma teria sofrido em consequência do rompimento da Barragem. Disse que a parceria com a UNESCO partiria do terceiro produto. Mencionou que havia uma proposta de mobilização e engajamento das Comunidades no processo de reparação e salvaguarda mas não sabia se essa proposta estava mantida. Falou que o PG 12 tinha elaborado uma estratégia que tinha etapas que iam da sensibilização da Comunidade, usando outros projetos dentro do programa, até a mobilização e um engajamento e a construção para efetiva das ações.</p> <p><u>Míriam sugeriu que convidassem alguém da CT-ECLET e que a FR levasse para a reunião alguém do PG 12, para que explicassem o conteúdo da parceria e qual seria o envolvimento das Comunidades (na 37ª RO).</u></p> <p><u>Tiago sugeriu que, além do responsável pelo PG 12, fosse apresentado um plano de trabalho da parceria com a UNESCO, pois para lidar com ações de salvaguarda, implicaria em um plano de ações de salva guarda e que explicasse qual seria a finalidade dessa parceria.</u></p> <p>Míriam ressaltou que seria importante darem a informação completa.</p> <p>Naiara respondeu que verificaria com a equipe do PG 12.</p>
<p><b>18 - Apresentação do detalhamento dos atendimentos realizados pelo canal de diálogo, informando se todas as demandas foram respondidas, e caso não tenham sido, justificar o motivo - Fundação Renova (atendimento ao encaminhamento E 34.8)</b></p>	<p>Naiara informou que para a apresentação que Bruna havia feito na 35ª RO, ela teria usado um filtro feito por ela, que envolvia os faiscadores, mas a equipe de diálogo não havia disponibilizado o conteúdo, pois não havia um filtro dentro do banco de dados e que havia uma questão de confidencialidade.</p> <p>Ressaltou que os atendimentos individualizados eram confidenciais e que a parte de manifestações tinha outra tratativa.</p> <p>Naiara disse que a FR precisaria entender melhor a demanda e informou que Bruna estava de férias.</p> <p>Lígia respondeu que a solicitação seria para detalhar as demandas, se foram atendidas e o motivo de não terem sido atendidas. Ressaltou que não estavam pedindo dados pessoais ou identificação das pessoas.</p> <p>Gabriel disse que não tinham entendido anteriormente, mas que ao descrever os detalhes das demandas, poderia ferir o sigilo.</p> <p>Míriam respondeu que teria como fazer um filtro e que se não entenderam o ponto, era para terem informado anteriormente.</p> <p>Naiara disse que na próxima reunião a Bruna já estaria de volta e poderiam retomar o assunto.</p> <p>Tiago sugeriu que se fizesse uma reunião apenas para esclarecimentos, sem esperar a 37ª RO.</p>
<p><b>Encaminhamento E 36.3</b></p>	<p><b>A FR deverá encaminhar para a CT, formalmente, o documento com as informações solicitadas no E35.8* e caso necessário, deverá ser realizada uma reunião rápida para esclarecimentos com data a ser definida – prazo: antes da 37ª RO.</b></p>
<p><b>19- Devolutiva sobre a revisão dos casos de corte do Auxílio Financeiro Emergencial (Regime de Transição) para os atingidos reconhecidos como Faiscadores (PG 04) e Pescadores Tradicionais, e o reembolso dos cortes</b></p>	<p>Gabriel respondeu que a FR iria formalizar a resposta, mas ainda estavam tratando internamente a questão, considerando que a questão do AFE era tratada por outra área.</p> <p>Lígia respondeu que as pessoas responsáveis deveriam estar presentes.</p> <p>Míriam respondeu que as gerências do PG 03 e 04 eram responsáveis de darem as respostas ao atingidos e à CT. Ressaltou que a FR tratava esse público com diferença e discriminação.</p> <p>Lígia ressaltou que na 35ª RO, a gerência nem participou da pauta dos faiscadores e garimpeiros.</p> <p>Tiago respondeu que havia uma clara diferenciação no tratamento. Compartilhou com o público presente, que poderiam repetir o mesmo encaminhamento feito para Degredo no dia anterior, que embora tivesse a participação da gerência, haviam ficado devendo a resposta.</p>



<b>indevidos (Fundação Renova)</b>	Sérgio respondeu que o posicionamento da FR era o mesmo que para os quilombolas e que formalizariam a resposta.
<b>Encaminhamento E36.4</b>	<b>A FR deverá encaminhar formalmente a decisão até o dia 12/03/2020 revisão do corte do AFE)</b>
<b>20- Atualizações sobre as ações relacionadas ao Mapeamento de Comunidades Tradicionais - FAPES/UFMG (Fundação Renova)</b>	<p>Adebal respondeu que o estudo de mapeamento havia chegado em dezembro e a FR estaria analisando o material, para verificar se a metodologia havia sido cumprida conforme o proposto, bem como a coerência dos resultados do estudo com os dados construídos no trabalho de campo. Informou que a análise estava avançada e que a FR enviaria o posicionamento até abril.</p> <p>Lígia respondeu que no Ofício recebido da FR, estava final de março.</p> <p>Adebal disse que alguns especialistas externos estavam analisando também e que só poderia enviar em abril.</p> <p>Mírian perguntou se a manifestação chegaria à CT em abril, mas antes da próxima RO.</p> <p><u>Adebal disse que seria até 15 de abril.</u></p>

Às treze horas e dez minuto a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas.

<b>IV – PAUTA INDÍGENA</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>21- Informes gerais (Krenak e Tupiniquim e Guarani): eventuais articulações da da Fundação Renova para ações nos territórios e planejamento para 2021</b>	<p>Gabriela apresentou as ações relacionadas ao FAIC no mês de fevereiro, que foram: a apresentação da Proposta do FAIC para as comunidades indígenas <b>TG/Comboios</b> e realização de reuniões técnicas com a <b>TI/TG e TI Comboios</b>. Para o mês de março estava prevista a publicação do FAIC e o prazo para inscrições e entrega das propostas, estava previsto para março/abril. Quanto ao PBAI, a contratação da consultoria estava prevista para abril/maio e o detalhamento aconteceria de abril/2021 à janeiro/2022. Em relação ao Acordo Emergencial a Inclusão de Famílias do novo acordo e as ações no território <b>TG Comboios</b> estavam previstas para fevereiro/março. A migração de famílias associações do acordo TG no território <b>Tupiniquim Guarani</b> estava prevista para fevereiro/março, a coleta de documentos dos atendidos no ASE, a regularização dos recibos individuais e coletivos, o Processo de auditoria dos acordo e o pagamento, inclusão de dependentes (manutenção do ASE) no território <b>TG Comboios</b>, estavam previstos para o 1º semestre. Em relação à indenização, a definição da política de indenização perda de renda para Comboios estava prevista para abril/maio e o início das tratativas de indenização perda de renda, para o território TG, estava previsto para abril e maio, também. Gabriela ressaltou que esse item era responsabilidade de outra área, mas que acompanhavam e trouxeram a previsão.</p> <p>Míriam Nutti perguntou se a área responsável corroborava com a previsão.</p> <p>Gabriela respondeu que de maneira geral, sim, e que não seria só o início das tratativas e sim, a definição de políticas para os TGs. Quanto ao Projeto Manutenção das ações do Acordo Emergencial <b>Krenak</b> (sal mineral, ração animal e silagem), fornecimento de água mineral, bruta e potável; pagamento do apoio de subsistência emergencial, a execução seria mês a mês no território Krenak.</p> <p>Carla apresentou um resumo sobre a elaboração do projeto SAA, pois seria explicado no ponto de pauta específico. Informou as etapas da execução de serviços de campo: para aldeia <b>Córrego do Ouro</b>, iniciariam o estudo de geofísica, o levantamento topográfico, a elaboração de projeto conceitual, a perfuração de poço, a coleta e análise de água e o projeto básico; para aldeia <b>Comboios</b> iniciariam a perfuração de poço, a coleta e análise de água, o projeto básico, a sondagem e início do projeto executivo (na TI Comboios seria executada no durante o ano inteiro). Na <b>TI TG</b>, as etapas seriam: execução de serviços de campo e para aldeias <b>Amarelos, Pau Brasil, Nova Esperança e Olhos D'água</b>, iniciariam o estudo de geofísica, o levantamento topográfico, a elaboração de projeto conceitual, a perfuração de poços, e a coleta e análise de água (durante o ano inteiro também, considerando as várias etapas).</p>
<b>22- Atualização, pendências, prazos e eventuais encaminhamentos para as seguintes ações: FAIC (Fundo de Apoio às Iniciativas Comunitárias), contratação de equipe</b>	<p>Alessandro apresentou a atualização do FAIC informando a realização de três reuniões no mês de fevereiro, sendo uma com a participação dos representantes indígenas do Território de Comboios de Caieiras Velhas 2 e TG, na qual fez a apresentação do roteiro do edital, já ajustado conforme o solicitado pela Comissão de Caciques. As outras duas reuniões ocorreram por cada terra indígena: a reunião com a TG Caieiras Velhas, foi para fazer o detalhamento técnico de preenchimento dos projetos das propostas que deveriam ser encaminhadas à FR (na reunião foram tratados: questão do orçamento, plano de trabalho, a minuta do termo de investimento social, que era o contrato que seria firmado entre FR e os proponentes aprovados). O mesmo formato de reunião foi usado com com representantes da</p>

**consultora para elaboração do PBA-I, bem como das Assessorias Técnicas**

AITG Comboios, na qual foi realizado, também, todo detalhamento técnico do preenchimento das propostas. Após essa reunião, a FR deu andamento, internamente, para que se tivessem uma previsão de publicação do edital FAIC, ficando a previsão inicial para o dia 15 de março, com abertura de prazo para inscrição e entrega de propostas no período de 15/03 à 16/04/2021. Informou que, quanto ao preenchimento do formulário de inscrições, a FR apoiaria tecnicamente as Associações e as aldeias que solicitassem.

Cacique Toninho pediu explicações sobre qual seria o papel do edital no caso do FAIC.

Alessandro respondeu que não haveria análise de propostas, mas que seria para formalizar os projetos propostos pelas aldeias e pelas associações em formato de plano de trabalho para detalhar as ações e fazer o cronograma de desembolso financeiro. O objetivo é adequar o projeto elaborado pela comunidade indígena ao formato de projeto da FR. Essa adequação é necessária para viabilizar a liberação de recursos e permitir acompanhar a prestação de contas e desenvolvimento das ações.

Gabriel complementou que era uma formalidade, pois no caso do FAIC, existiam projetos que seriam apoiados em cada projeto e que cada projeto teria uma característica, um valor, um prazo de execução e etc. que foram dados pelas Comunidades. Explicou que a FR necessitava criar um sistema para publicar e definir o prazo de abertura e apresentação dos projetos. Ressaltou que o projeto era feito pelos indígenas e reiterou que era para formalizar e para que se tivesse todo o histórico de como foi feito o processo e para provar que foi com a participação dos indígenas.

Andrei pediu que a FR apresentasse a quantidade de projetos e valores já que nem todos participaram das reuniões mencionadas.

Alessandro informou que a FR, no intuito de se adequar para atender as comunidades indígenas, as ouviu no processo de diálogo e que o projeto visava atender as duas aldeias da terra indígena Comboios e, também, atender as dez aldeias da terra indígena Tupiniquim Guarani e que além das aldeias, seriam atendidas as associações dessas de terras indígenas. No caso da Tupiniquim Guarani, que tinha 4 aldeias que não possuíam Associação sediada, as aldeias deveriam indicar uma associação que pudesse representá-las. Informou que ao todo, eram doze propostas que seriam formuladas por pessoas físicas e teriam um caráter comunitário no sentido de que pudesse atender um grupo coletivo da aldeia, que tivesse algum projeto que quisesse realizar. No caso, uma pessoa do grupo formalizaria o projeto, mas atenderia um determinado coletivo. No caso de pessoas físicas o valor proposto por projeto seria de R\$ 10.000 e no caso das associações, seria de R\$ 30.000. Ressaltou que os projetos seriam trabalhados nas comunidades conforme a organização e necessidades de cada uma. Seriam apoiadas 12 iniciativas coletivas, considerando as duas aldeias da terra indígenas Comboios e as dez das terras indígenas Caieiras Velhas 2 e Tupiniquim Guarani. Gabriela complementou a resposta ao Andrei, dizendo que a FR já havia apresentado em reuniões com a CT, uma explanação mais detalhada do FAIC, como composição, número de propostas, valor e etc. o que também havia sido apresentado para as comunidades para validação e consulta e disse que tinha o material e caso houvesse interesse, o material estava disponível.

Miriam solicitou um modelo do contrato que o Alessandro mencionou, não preenchido.

Alessandro respondeu que se tratava de Termo de Investimento Social e que seria um modelo de contrato que seria firmado entre a FR e os proponentes com projetos aprovados e referido documento trazia as cláusulas que iriam reger a parceria firmada. Informou que o documento havia sido apresentado nas reuniões técnicas e os indígenas tinham conhecimento e que poderiam enviar para a CT.

Alex disse que teria três perguntas:

**1ª-** A FR havia feito uma avaliação do impacto social entre as 12 aldeias e diferentes grupos e linhas de atuação? (Alex mencionou um exemplo: quando atendia a Aldeia Três Palmeiras, que tinha seis famílias, era uma coisa, e que quando se levava a mesma coisa para dentro de Pirajá, com quase 280 famílias e com diferentes grupos trabalhando, seria outra coisa).

**2ª-** A FR considerou a funcionalidade dentro dos grupos? (exemplificou que Caieiras tinha um grupo de pescador, quatro ou cinco grupos de artesãos, o pessoal dos movimentos culturais e que uns grupos teriam projetos e outros não).

**3ª-** Qual seria o motivo de tanto esforço para instituir um modelo como o FAIC, se havia outras demandas, como o processo de indenização, a questão do auxílio financeiro e outras que os indígenas gostariam de resolver?

Alessandro começou respondendo pela última pergunta e informou que o FAIC não se sobrepunha a nenhuma das demais ações citadas por Alex e não estava sendo colocado em um patamar de mais importância. Ressaltou que as outras ações estavam sendo realizadas, paralelamente e a diferença era que cada processo e atividade teriam um tempo e o FAIC estava sendo realizado naquele momento e não impediria o desenvolvimento de outras atividades. Ressaltou que o objetivo do FAIC era ter o feedback das comunidades que poderia servir de apoio para ações futuras desenvolvidas pela FR junto aos indígenas. Em resposta às outras perguntas, disse que o FAIC era um projeto-piloto e que a FR tinha

	<p>procurado as comunidades para adequar a proposta inicial, com o objetivo de melhor representar a organização dos indígenas. Alessandro ressaltou que a FR conhecia as diferenças referentes ao quantitativo de população nas aldeias e que objetivo do FAIC iria, além do fator monetário, as atividades que seria apoiadas pelo FAIC, fossem significativas para a comunidades, respeitando a organização interna. Disse que a proposta de projetos foram escolhidas pelos indígenas, sem interferência nos projetos escolhidos e informou que a FR não tinha pensado em dividir por número de pessoas por comunidade.</p> <p>Alex respondeu que era importante ter levantado pelo menos o número de grupos que existiam nas comunidades, pois quando um grupo era atendido e outro não, poderia criar divergências internas.</p> <p>Alessandro reforçou que o processo vinha sendo discutido com as comunidades desde 2019 e estava sendo construído consultando as comunidades.</p> <p>Gabriel complementou dizendo que a estruturação do FAIC era uma resposta à uma demanda antiga das comunidades, para a realização dos pequenos projetos.</p> <p>Andre Sucupira reiterou a pergunta sobre a análise do impacto na organização social, considerando os valores para desenvolvimento das atividades e o número de pessoas na comunidade.</p> <p>Gabriel respondeu que não, assim como não haviam feito para os acordos emergenciais que estavam sendo pagos. Informou que a medida era transitória, emergencial e pontual, construído com a comunidade, que não se sobrepunha ou concorria com nenhuma ação estruturante. Falou que a lógica considerada sobre a diferença de pessoas em cada aldeia era a mesma da diferença de pessoas atendidas por cada associação.</p> <p>Gabriela apresentou e disse que o <b>processo de contratação de consultoria especializada para o detalhamento do PBAI</b> estava em curso e a finalização do estava prevista para o primeiro trimestre (fase de mobilização, primeiras reuniões, assinatura de contrato) para abril e maio e o detalhamento tinha a previsão de de para 10 meses de duração, considerando a mobilização e a desmobilização. Informou que seria realizada uma reunião com as áreas da FR que faziam os alinhamentos necessários nos processos de contratação na semana posterior e e logo depois, poderia dar mais detalhes.</p> <p>Miriam perguntou se a comunicação com os territórios sobre a contratação, sobre o plano de trabalho e a aprovação do plano de trabalho, pela FUNAI e pelos indígenas iria acontecer no período de abril e maio.</p> <p>Gabriela disse que acreditava que sim, pois existia um período de mobilização, que era quando acontecia toda a fase processual interna de contratação, que tinha a chegada do fornecedor, reuniões iniciais, assinatura de contratos, a parte burocrática, reuniões de Kick off , alinhamento sobre plano de trabalho etc, para passar pelo processo de consulta às comunidades, tudo isso previsto para acontecer. Gabriela disse que o prazo já considerava a mobilização (início) e desmobilização (final), nesse período de dez meses, que iria de abril de 2020 à janeiro 2022.</p> <p><b>Sobre as Assessorias Técnicas</b>, Gabriel informou que em relação aos Krenaks (IPAZ) estava judicializada. A contratação havia sido homologada, mas a auditoria identificou algumas inconsistências e o processo estava na 12ª Vara.</p> <p>Em relação às <b>demais comunidades</b>, ainda não estava definido, não tinha ainda uma sinalização das Comunidades para a 12ª vara ou indicação de quais assessorias seriam contratadas. Ressaltou que o processo corria na 12ª Vara e que a indicação e contratação eram autônomas e não passavam pela FR.</p> <p>Andrei perguntou se o processo estava adiantado e Gabriel respondeu que não sabia o status. Informou que o processo para contratação funcionava com a comunidade indicando e apresentando para a 12ª Vara e o juiz analisando o plano de trabalho apresentado pela assessoria técnica, homologando e aprovando e encaminhando para a FR efetuar a contratação e não sabia se a assessoria já havia indicado.</p>
<p><b>23- Elaboração e cron-ograma dos projetos de SAAE e SAA nas TI(s) Comboios e Tupiniquim e Guarani</b></p>	<p>Carla esclareceu que o SAAE não atendia os indígenas e apresentou Previsão dos Cronograma informando que no caso da <b>TI Comboios, na aldeia Comboios</b> o Projeto Conceitual estava pronto, a SESAI já havia validado as premissas e já haviam realizado os estudos de Geofísica e a Topografia. Em relação a <b>Córrego do Ouro</b> já haviam realizado a Cross ckeck, o estudo de Geofísica e a Topografia e a SESAI já havia validado as premissas. Informou que para as duas aldeias, o próximo passo seria iniciarem o desenho do projeto básico e para isso, era necessário fazerem a perfuração de poços, que incluía teste de evasão e análise de água. No caso da <b>TI TG as aldeias Amarelos, Pau Brasil; Nova Esperança e Olhos D'água</b>, a SESAI já havia validado as premissas e já haviam realizado o levantamento topográfico. Carla informou próximo passo nesse caso seria realizar os estudos de geofísica para poderem fazer o desenho do projeto conceitual e enviar para a SESAI e para as comunidades. Informou, também, que uma reunião seria marcada para explicar às lideranças das quatro aldeias, como seria realizado o estudo geofísica (estudo que aponta os pontos mais favoráveis para se conseguir água em quantidade) que seria uma das premissas da SESAI, que preferia usar água subterrânea pelo fato de tornar o sistema mais simples de</p>

operar e pelo fato de a qualidade da água ser melhor. Informou que a contratação para as perfurações que estavam em andamento e logo que o processo estivesse pronto, as comunidades seriam informadas.

Carla disse que fariam consulta à SESAI, sobre as entradas nas comunidades.

Aline (DSEI) pediu que a FR enviasse os levantamentos topográficos realizados e Carla respondeu que só estavam prontos o de Comboios e o de Córrego do Ouro e que enviaria.

Cacique Toninho disse que os Caciques tinham definidos as prioridades antes da pandemia e perguntou como ficaria a retomada dos trabalhos, se a Funai autorizaria a entrada e que a questão da água era urgente, até mesmo por questão de saúde. Informou que tinha famílias perfurando os próprios poços, na busca de soluções e o único poço existente não dava conta da demanda da comunidade. Informou, também, a realização de uma reunião com a comissão de caciques TG, coordenação da equipe de saúde indígena local, escritório local, polo base e a Coordenação Regional de Governador Valadares, do DSEI, onde apresentaram a prestação de conta que os caciques não conheciam e quando chegou na parte abastecimento de água não conseguiram visualizar e que pediram planilha detalhada, pois a acharam os gastos absurdos das aldeias, e tinha aldeia que estava com abastecimento de água no limite, como em Amarelo, Olho D'água e Nova Esperança.

Alex perguntou sobre o início das ações propostas do cronograma.

Carla disse que não tinha colocado data para não criar expectativas, mas o prazo seria a partir do **final de abril** e informou a quantidade média de quantos dias levariam cada etapa:

**Projeto Básico - Atividades Preliminares (TI Comboios)**  
 Perfuração e teste de vazão do Poço - 50 dias úteis  
 Análise de água do poço - 21 dias úteis  
 Realizar Levantamento de Campo - 20 dias úteis  
 Sondagem - 20 dias úteis

**Projeto Básico**  
 Elaboração projeto básico - 90 dias úteis  
 Validação SESAI/DSEI - 30 dias úteis

**Projeto Conceitual - Atividades Preliminares (TI TG)**  
 Estudos de Geofísica nas 04 aldeias - 30 dias úteis (por aldeia)  
 Elaboração do projeto conceitual - 60 dias úteis (por aldeia)  
 Validação SESAI/DSEI -30 dias úteis.

Alex registrou que a FE deveria fazer uma devolutiva à CT em relação ao início das ações apresentadas, pois desde 2016 estavam conversando sobre o assunto e que um prazo deveria ser estipulado e cumprido. Ressaltou que a comunidade estava sofrendo, principalmente Comboios com o poço raso, a bailarina estava horrível e a contaminação por coliformes fecais estava muito alta e providências urgentes se faziam necessárias.

Miriam perguntou sobre as tabelas, se as previsões de cronograma para o projeto básico se as etapas já haviam sido realizadas ou se iriam ser ainda e em quais aldeias. Sobre a previsão de cronograma para o projeto conceitual perguntou se a previsão de dias seriam cumulativas ou poderiam ser realizadas nas aldeias simultaneamente nas aldeias e que as perguntas valeriam para o projeto conceitual e queria saber quanto tempo duraria todo o processo.

Carla respondeu que no caso da TI Comboios, o projeto conceitual já estava pronto e que o próximo passo seria fazer perfuração, análise, levantamento de poço e a sondagem. No caso de Córrego do Ouro, o projeto básico estava no início e já tinha passado pela SESAI e logo começaria a perfuração dos poços. Adiantou que os trabalhos nas aldeias seriam feitos não ao mesmo tempo, mas paralelamente.

Miriam perguntou se o projeto básico levaria 230 dias, conforme estava no quadro.

Carla disse que sim e a previsão estava com uma folga e poderia levar menos tempo e o número de dias era para uma aldeia e que para Comboios tinha que ser considerada a questão do acesso.

Miriam disse que seria importante deixar claro o tempo necessário para cada projeto

Alex respondeu que pelo prazo apresentado, a execução seria só em 2023

Carla respondeu que a previsão de serviço de campo deveria ter começado há um ano, mas com a mudança de cenário, por causa da Covid, só conseguiram autorização para entrarem nas terras em 2/12/2020 e que estavam dando continuidade. (em 2020 não foi possível entrar nas terras, por isso o atraso)

Jovana perguntou se a FR ficaria na elaboração e a execução do projeto iria para a SESAI.

Carla respondeu que sim, que considerando a deliberação xx (que fala sobre fornecimento de água mineral em Comboios) e a 33ª RO do CIF, na qual ficou acordado que a FR não forneceria mais e daria início aos projetos de ações estruturantes para as seis aldeias e que isso estaria atrelado à matriz de danos que viria do ECI. O compromisso da FR era a elaboração dos projetos e que um dos pontos de dissensão com as análises, era a questão da água para consumo humano, pois a FR entendia que não havia nexo de causalidade entre o rompimento da Barragem e a água para consumo humano.

	<p>Jovana perguntou se as comunidades e a SESAI estavam cientes de que a FR faria o projeto básico no tempo mostrado e depois passaria para a SESAI.</p> <p>Carla disse que sim e que estava na ata da 33 ro CIF e acreditava que todos sabiam.</p> <p>Miriam respondeu que estava na ata que a FR faria tudo, que a questão da não existência do nexos causal não estava comprovada e estava previsto o cumprimento de outras coisas.</p> <p>Jovana respondeu que dava a entender que a FR faria a execução e que o cronograma não garantia a entrega da água.</p> <p>Alex perguntou sobre os recursos para a SESAI, pois a não tinha condições de executar e seria necessário saber quem iria executar mesmo o projeto e qual seria o tempo de elaboração e execução exatos do projeto e as comunidades iriam ficar sem abastecimento de água nesse tempo. Ressaltou que a CT deveria cobrar da FR, para darem celeridade ao processo. Registrou que entendia as dificuldades mas a Comunidade precisava de água de qualidade e o fornecimento atual era só paliativo.</p>
<p><b>24- Apresentação de metodologia global da construção de política indenizatória para as TI(s) Comboios e Tupiniquim e Guarani para um melhor entendimento das comunidades (atendimento ao encaminhamento E 34.13)</b></p>	<p>Gabriel informou que foram marcadas duas agendas, uma com Comboios e outra com Caieiras Velhas/Tupiniquim para avançarem nas discussões sobre indenização. Ressaltou que que era responsável pela pauta era o PG 03, que não puderam participar naquele momento, por estarem se preparando para as citadas reuniões e que apresentariam os encaminhamentos.</p> <p>Miriam respondeu que participaria da reunião e perguntou pelas memórias das outras reuniões anteriores.</p> <p>Gabriel disse que encaminharia.</p> <p>André Sucupira perguntou se as empresas participariam (Vale e BHP) e Gabriel respondeu que a FR não poderia convidar, as comunidades que poderiam.</p> <p>Alex informou que teve uma reunião na qual foi proposto que se criasse um grupo de discussão e isso não tinha acontecido e que o André Vasconcelos levava propostas para reuniões que eram arrastadas, conturbadas, que não tiveram nenhum fim decisório e nenhuma discussão, pois era trazido sempre o posicionamento da 12ª VARA, dizendo que tinha que seguir aquela decisão judicial feita para a bacia.</p> <p>Falou que na reunião do dia seguinte todos discutiriam, mas se preocupava, pois todo o histórico, todos os acordos que foram feitos e discutidos, da forma como deveriam ter sido feitos, não aconteceram. Ressaltou que a FR sempre se colocava atrás da referida sentença judicial e que os caciques se manifestaram junto às mantenedoras e marcaram uma reunião, mas não sabia que resultado teria. Disse que alguns colegas já haviam falado que a decisão judicial não seria parâmetro técnico, mas a FR insistia nisso</p> <p><u>Relembrou que já havia pedido a metodologia do plano indenizatório e não recebeu e gostaria de recebe-la</u>, para estudar e alinhar os pensamentos,</p> <p>Andrei pediu que Gabriel fizesse um resumo do que estava sendo discutido com Comboios e com o território Tupiniquim Guarani.</p> <p>Gabriel respondeu o questionamento do Alex sobre o grupo de trabalho dizendo que o grupo foi criado e já havia realizado reuniões antes da pandemia, mas que estava se desenvolvendo mais, ultimamente. Sugeriu que a questão fosse levada para a reunião do dia posterior pois a área responsável (PG 03) estaria presente e que adiantava que o entendimento era que seria necessário construir políticas específicas para os povos indígenas. Em relação aos parâmetros, metodologia e como deveria ser construído, teria que ser respondido pela área responsável.</p> <p>Em resposta ao Andrei, Gabriel disse que a FR recebeu propostas de políticas e metodologia de indenizações de Comboios e Caieiras Tupiniquim. Em relação a Comboios, foram iniciadas e já haviam realizado reuniões para tratativas nas quais foram expostas, pela área de políticas as limitações da FR e o que tinha como diretrizes e as comunidades apresentaram os contrapontos e a reunião do dia seguinte seria para avançarem.</p> <p>Alex frisou a necessidade de que se tivesse um plano indenizatório em mãos, para entenderem as premissas, de onde seria a questão da governança interna e que os órgãos envolvidos ficavam em uma situação complexa dentro do território. Andrei complementou dizendo que seria importante que a Funai e CT tivessem acesso ao plano.</p>
<p><b>Encaminhamento E 36.5</b></p>	<p><b>FR deverá enviar o plano indenizatório dos Indígenas para a FUNAI e para a Câmara Técnica.</b></p>
<p><b>25- Informe sobre o cumprimento da deliberação n.º 477/2021/CIF, por parte da Fundação Renova.</b></p>	<p>Gabriel informou que tratava-se da deliberação que instituiu o ECI e que quando virava deliberação ia para uma instância da FR, a nível de diretoria e estava em análise, a área técnica mantinha o mesmo entendimento apresentado até aquele momento, que o ECI era um instrumento importante no processo de reparação, mas haviam alguns pontos técnicos que precisavam de análise e assim que tivessem uma resposta seria apresentado.</p> <p>Miriam disse que o prazo já tinha terminado.</p> <p>Gabriel esclareceu que estava no prazo definido pelo CIF. Miriam perguntou qual seria o prazo e Gabriel disse que seria o prazo de um processo administrativo, 10 dias a partir da publicação e que teria que ver os processos estipulados pelo CIF.</p>

Miriam perguntou se dentro da FR ainda não havia saído nenhum posicionamento para o CIF e se a Diretoria não havia dado nenhuma orientação para o cumprimento. Gabriel respondeu que não.

Lígia mencionou que achava estranho, pois a publicação foi dia 03/02/21

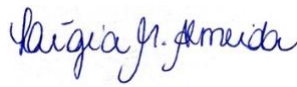
Andrei disse que o prazo para contratação da equipe consultora, seria abril e maio e se essas questões poderiam afetar o cronograma

Gabriel disse que o cronograma estava mantido e o caso da deliberação não iria interferir.

Andrei perguntou se poderiam esperar o envio da equipe de trabalho para os meses de abril ou maio, conforme apresentado e Gabriel respondeu que sim.

No dia dez de março de dois mil e vinte e um, às dezessete horas e quarenta minutos, a coordenadora, Lígia Moreira de Almeida agradeceu a presença de todos e declarou **encerrada a 36ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF**. Informo que a reunião foi gravada e consta em a memória de áudio e está disponível para consulta.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 29/04/2021, na 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT/CIF**



**LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA**  
Coordenadora da CT-IPCT